

Poli

SAÚDE • EDUCAÇÃO • TRABALHO



Fechamento autorizado - pode ser aberto pelos correios

**Mala Direta
Básica**

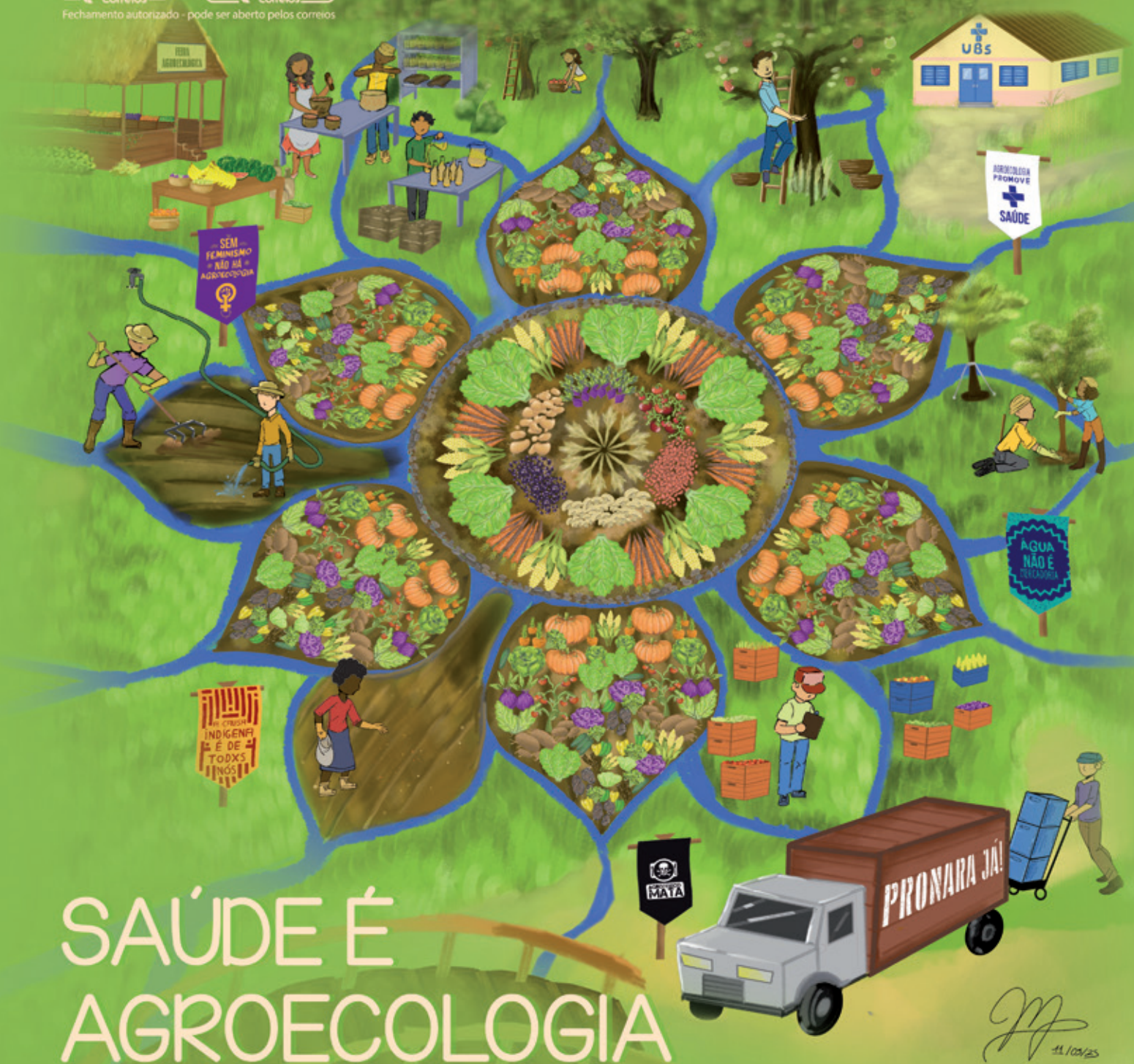
9912631800/2023-DR/RJ
FIOCRUZ
Correios

ENTREVISTA

Miriam Nobre fala
sobre a relação entre
feminismo e agroecologia

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Como a agroecologia
ajuda a evitar
eventos extremos?



SAÚDE É AGROECOLOGIA

M
11/05/25

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO

A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) é uma unidade técnico-científica da Fiocruz que promove atividades de ensino, pesquisa e cooperação no campo da Educação Profissional em Saúde. A EPSJV oferece cursos técnicos de nível médio, de especialização e de qualificação nas áreas de Vigilância, Atenção, Informações e Registros, Gestão, Técnicas Laboratoriais, Manutenção de Equipamentos e Radiologia, além da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e de um Programa de Pós-graduação em Educação Profissional em Saúde.

A EPSJV coordena e desenvolve programas de ensino em áreas estratégicas para a Saúde Pública e para Ciência e Tecnologia em Saúde; elabora propostas para subsidiar a definição de políticas para a educação profissional em saúde e para a iniciação científica em saúde; formula propostas de currículos, cursos, metodologias e materiais educacionais; e produz e divulga conhecimento nas áreas de Trabalho, Educação e Saúde. A Escola também é Centro Colaborador da Organização Mundial de Saúde para a Educação de Técnicos em Saúde e Secretaria Executiva da Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde (RETS).

www.epsjv.fiocruz.br



EPSJVFiocruz



@epsjv_Fiocruz



@epsjvFiocruz



epsjv/Fiocruz



epsjv - Fiocruz



+55 (21) 96473-6462*

*Para receber as mensagens da lista do WhatsApp da EPSJV você precisa salvar esse número no seu telefone e enviar uma mensagem com seu nome completo.

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
Av. Brasil, 4.365 – Manguinhos – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 21040-360
Tel.: 21 3865-9797

EXPEDIENTE

Ano XVII - Nº 99 - mar./abr. - 2025

Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde
ISSN 1983-909X

Coordenadora de Comunicação, Divulgação e Eventos
Talita Rodrigues

Edição
Cátia Guimarães

Reportagem
André Antunes
Angélica Almeida
Cátia Guimarães
Juliana Passos
Paulo Schueler

Estagiária de Jornalismo
Júlia Guimarães

Projeto Gráfico
Maycon Gomes

Diagramação
José Luiz Fonseca Jr.
Marcelo Paixão
Maycon Gomes

Capa
Maria Paula dos Santos Silva

Mala Direta e Distribuição
Valéria Melo

Portal EPSJV
André Antunes

Mídias Sociais
Erika Farias
Larissa Guedes

Comunicação Interna
Júlia Neves
Talita Rodrigues

Editora Assistente de Publicações
Gloria Carvalho

Assistente de Gestão Educacional
Solange Maria

Tiragem
15.000 exemplares

Periodicidade
Bimestral

Gráfica
Imprimindo Conhecimento

Conselho Editorial
Alexandre Moreno
Ana Cristina dos Reis
Anamaria Corbo
Antonio Marinho
Augusto Cesar Rosito
Cláudio Gomes
Edilene Pereira
Etelcia Molinaro
Giovana Trindade
Ingrid D'avilla
Márcia Valéria Morosini
Monica Vieira
Nina Soalheiro

EDITORIAL

Como o leitor assíduo da Poli já sabe, esta é uma publicação voltada para o debate das áreas de *Saúde, Educação e Trabalho*. E como todos os leitores que agora têm esta edição em mãos devem ter percebido, este é um número especial, dedicado à agroecologia. Não se trata de mudanças no projeto editorial, já que, aqui, a agroecologia é abordada como um projeto alternativo de sociedade para os povos do campo, da floresta, das águas e da cidade, com discussões e experiências que atravessam todas essas áreas. O objetivo principal é realçar as muitas frentes em que os princípios e as práticas agroecológicas podem responder aos desafios da Saúde coletiva - na prevenção de doenças, na valorização de outros caminhos de cura, na garantia do saneamento e tantas outras práticas de promoção da saúde, inclusive na contenção de algumas das causas da crise climática. Mas, ao propor um novo enfoque na produção e acesso a alimentos, o debate da agroecologia altera também outras práticas. Na *educação*, por exemplo, reivindica uma metodologia adequada à realidade do campo, que articule o tempo-escola a um tempo-comunidade. Como expressão do *trabalho* num campo menos mecanizado e industrial, traz à tona a possibilidade de relações não-assalariadas de subsistência, de base familiar ou cooperativa. Como uma instituição de Estado que defende a articulação entre os saberes científico e popular, reconhece as determinações sociais da saúde e valoriza a participação social nas políticas públicas, a Fiocruz tem se dedicado cada vez mais ao fortalecimento desse diálogo entre a agroecologia e a Saúde, no seu sentido ampliado. Como uma experiência de comunicação pública a serviço desse projeto de sociedade, a Revista Poli é parte desse esforço. Boa leitura.

A Redação

SUMÁRIO

2

CAPA

Saúde e agroecologia: caminhos que convergem

10

POLÍTICAS PÚBLICAS

Programas bem desenhados, mas com pouco orçamento

14

EDUCAÇÃO

Formar para a agroecologia

18

ENTREVISTA

Miriam Nobre
'Se a gente quer construir territórios livres de transgênicos e agrotóxicos, nós também queremos territórios livres de violência contra as mulheres'

22

TRABALHO

Outro trabalho é possível

25

LIVROS

'Práticas ecológicas, ciência e crítica ao capitalismo' - Resenha do livro *'A Construção Histórica do Conceito de Metabolismo e a Agroecologia'*

26

AGROECOLOGIA E CLIMA

A solução que não aparece no menu dos governos

28

Agroecologia em prática nos territórios

31

O QUE É, O QUE FAZ?

Cnapo



Receba a Revista Poli e assine nosso boletim pelo site
www.epsjv.fiocruz.br

Endereço

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio - Sala 306
Av. Brasil, 4.365 Manguinhos - Rio de Janeiro - RJ CEP: 21040-360
Tel.: (21) 3865-9718 Fax: (21) 2560-7484 - e-mail: comunicacao.epsjv@fiocruz.br

SAÚDE E AGROECOLOGIA: CAMINHOS QUE CONVERGEM

O que a agroecologia tem a ver com o enfrentamento de alguns dos principais desafios da saúde pública hoje no Brasil?

ANDRÉ ANTUNES

O atual sistema agroalimentar precisa ser transformado. E com urgência. Evidências robustas, produzidas no Brasil e no exterior, revelam o papel da agricultura industrial na produção de vários dos maiores desafios da saúde pública em nível global, com destaque para a fome e a desnutrição, a obesidade e as doenças crônicas não transmissíveis. Em 2019, um artigo publicado por um conjunto de pesquisadores no periódico científico britânico *The Lancet*, uma das mais respeitadas revistas científicas da área da saúde no mundo, usou o termo “sindemia” para chamar atenção para a convergência entre a desnutrição, a obesidade e as mudanças climáticas. O artigo “*The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change*” (em português: A Sindemia Global de Obesidade, Desnutrição e Mudanças Climáticas) faz uma ampla revisão de literatura científica em diferentes áreas e afirma que juntos esses problemas afetam a maioria das pessoas em todos os países e regiões ao redor mundo e constituem uma sinergia de epidemias, ou sindemia, “porque ocorrem simultaneamente no tempo e espaço, interagem entre si para produzir sequelas complexas e compartilham fatores sociais subjacentes em comum”.

Fatores que segundo os autores têm a ver com o modo como produzimos, transportamos, comercializamos e consumimos alimentos atualmente. Há hoje um coro de vozes, nacionais e internacionais, que vem chamando atenção para a insustentabilidade do modelo industrial e defendendo uma mudança de paradigma. Para muitos – ativistas, agricultores, representantes de organizações multilaterais e cientistas –, a alternativa responde pelo nome de agroecologia.

No Brasil, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), maior instituição de pesquisa em saúde da América Latina, vem tomando a frente desse debate (veja box na pág. 11). “O agronegócio é um modelo que concentra renda. Onde tem agronegócio muitas vezes estão os municípios com menor IDH [Índice de Desenvolvimento Humano] do país, que apresentam, do ponto de vista epidemiológico, um elevado número de doenças relacionadas a agrotóxicos. É um tipo de agricultura que destrói a natureza, que desmata”, afirma Hermano Castro, vice-presidente de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS) da Fiocruz. Segundo ele, hoje no campo da saúde pública a agroecologia é vista como um caminho para reduzir problemas como as intoxicações por agrotóxicos, mas também para enfrentar a insegurança alimentar nos territórios mais vulneráveis do país.

Bases da agroecologia

A agroecologia pode ser definida resumidamente como uma antítese do modelo industrial. No lugar das monoculturas e da criação intensiva de animais, ela aposta na diversificação de culturas, com a rotação de cultivos e a agricultura mista (mesclando safras e criação de animais em um mesmo espaço); ao invés do uso de variedades geneticamente uniformes ou espécies selecionadas para alta produtividade e habilidade para responder a insumos químicos, a agroecologia se baseia na utilização de diversas espécies de plantas e tipos de sementes, com menos homogeneidade genética; em vez da segregação de cadeias de produtos (como a criação de animais e a produção de alimentação desses animais em fazendas e regiões separadas, como é o caso do milho exportado pelo Brasil para produzir ração de gado na Ásia), a agroecologia aposta na produção integrada, com sistemas combinando cultivos agrícolas, pecuária e agrofloresta. O enfoque agroecológico pressupõe uma maior oferta de ocupação no campo, se comparado ao agronegócio, além de ter um grande foco no trabalho familiar, contribuindo com a fixação de populações e a geração de renda nas áreas rurais, contrapondo-se aos sistemas de produção mecanizados com baixa necessidade de mão de obra do modelo industrial; no lugar do uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes químicos, a agroecologia apresenta um baixo uso de insumos externos, apostando na reciclagem de resíduos e nos





bioinsumos, tecnologias sociais desenvolvidas pelos camponeses a partir da experiência no manejo da agricultura, que funcionam como fertilizantes orgânicos e controlam pragas sem produtos químicos. Por fim, a agroecologia enfoca a produção de grande diversidade de produtos destinados a cadeias curtas de valor, aproximando produção e consumo, ao invés da produção de grandes volumes de produtos homogêneos que servem prioritariamente para exportação, que separa os produtores dos consumidores finais.

Paradoxos



A fome é um tema que voltou aos holofotes de governos e agências multilaterais nos últimos anos, por conta da explosão no número de famintos em meio à pandemia de Covid-19. O último relatório 'O Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo', da Organização das Nações Unidas (ONU), apontou que mais de 864 milhões de pessoas no mundo enfrentaram insegurança alimentar grave em 2023. Somado ao contingente populacional em situação de insegurança alimentar moderada, o quadro desenhado pelo relatório é preocupante: em 2023, cerca de 2,3 bilhões de pessoas enfrentaram algum nível de insegurança alimentar, quase 30% dos cerca de 8 bilhões de habitantes do planeta.

No Brasil, onde o atual governo elegeu o combate à fome como um tema prioritário, o documento indicou que havia 14,3 milhões de pessoas em insegurança alimentar grave naquele mesmo ano. Somado aos quadros de insegurança alimentar moderada, o número chegou a 39,7 milhões. Outro estudo, desenvolvido por um grupo de pesquisa da Universidade de Berlim em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade de Brasília (UnB) em 2021 identificou que a fome atingia mais fortemente as populações das áreas rurais do que as urbanas: 12% contra 8,5%.

A persistência da insegurança alimentar, especialmente no campo, em um país como o Brasil – ao qual representantes do agronegócio frequentemente se referem como o “celeiro do mundo” – é um paradoxo produzido pelo atual modelo de produção e distribuição de alimentos. E que vem sendo construído à medida em que a agricultura industrial avança, não só por aqui. Relatório produzido em 2016 pelo Painel de Especialistas em Sistemas Alimentares Sustentáveis, ou IPES-Food na sigla em inglês – grupo que atua em prol da reestruturação dos sistemas alimentares através de estudos e participação na formulação de políticas – cita estudo da FAO, a agência das Nações Unidas para alimentação e agricultura, que chamou atenção para o fato de que o continente africano, de exportador líquido de alimentos nos anos 1970, tornou-se importador, com um déficit comercial agrícola de US\$ 22 bilhões, no final da primeira década dos anos 2000. Tudo em meio ao avanço da agricultura industrial orientada à exportação, que desestabilizou padrões de suprimento de alimentos.

No Brasil, um dado que ilustra essa relação é o declínio gradual das lavouras de produtos alimentícios. Segundo o estudo 'Projeções do Agronegócio 2022/23', do Ministério da Agricultura e Pecuária

(Mapa), estima-se que o país vai perder, até 2033, 980 mil hectares de área plantada com arroz, 994 mil hectares de área plantada de feijão e 220 mil hectares de área plantada com mandioca, aumentando a dependência externa em relação a esses produtos, base da alimentação brasileira. Por outro lado, a soja deve ganhar, até 2033, 12 milhões de hectares de área plantada; o milho, 3,75 milhões, e a cana-de-açúcar, 1,33 milhão.

Uma consequência desse processo é que dietas anteriormente diversificadas se tornaram cada vez mais homogêneas, sobretudo no Sul global. Ao ponto de que, segundo a FAO, das 7 mil plantas usadas como alimentos pelos seres humanos, apenas três – arroz, milho e trigo – fornecem mais de 50% da ingestão energética de alimentos derivados de vegetais. E o relatório do Ipes-Food cita vários estudos que apontaram que uma dieta diversificada e equilibrada pode garantir a exposição a um conjunto mais amplo de nutrientes com propriedades antioxidantes e anticâncer.

O sistema que contribui para produzir a fome também tem sua parcela de culpa pela obesidade, outra perna do tripé da sindemia global. Segundo a última Pesquisa Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, entre 2010 e 2021 a taxa de mortalidade por obesidade cresceu 63% no país. Aproximadamente 168 mil mortes por ano no Brasil são atribuíveis ao excesso de peso e à obesidade, segundo estudo de 2019 da revista científica norte-americana *Preventing Chronic Disease*. Outro levantamento, de 2022, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), estimou que o Sistema Único de Saúde (SUS) gasta cerca de R\$ 1,5 bilhão ao ano em custos hospitalares e ambulatoriais com a obesidade e o sobrepeso, ou 22% do gasto direto com Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DNCTs).

Pesquisadores do Brasil e de outros países têm analisado por que o consumo dos alimentos ultraprocessados – os grandes vilões do crescimento da obesidade – vem crescendo, mesmo entre as populações de baixa renda. E as conclusões mostram que isso tem tudo a ver com o sistema agroindustrial, que ao mesmo tempo em que investe bilhões promovendo o consumo desses produtos – ricos em açúcar, gorduras e carboidratos e pobres em nutrientes, produzidos a partir de commodities como a soja, o milho e o açúcar da cana – contribui para criar ambientes com pouco ou nenhum acesso a alimentos saudáveis a preços acessíveis, na medida em que se volta para a exportação, como as projeções do Ministério da Agricultura mostram.

Wanessa Natividade, líder do Núcleo de Alimentação, Saúde e Ambiente da Coordenação de Saúde do Trabalhador da Cogepe, a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas da Fiocruz, explica que a formação dos chamados desertos alimentares – que são regiões onde os alimentos saudáveis, como frutas, verduras e legumes frescos, simplesmente não chegam, devido à inexistência de iniciativas como as feiras livres e feiras agroecológicas e à distância dos centros urbanos – tem tudo a ver

com as características do modelo agroexportador. Fenômeno que, segundo ela, afeta mais as populações negras, que são a maioria nos desertos alimentares, como as periferias das grandes cidades, por exemplo. Daí que vem a expressão “racismo alimentar”. “Essa população, um percentual muito elevado no nosso país, não consegue ter uma alimentação adequada. A falta de acesso a alimentos agroecológicos, a feiras livres, a torna mais vulnerável. Ela acaba sendo direcionada para o consumo de alimentos ultraprocessados”, pontua Natividade. Produzidos em larga escala, a partir de matérias-primas fortemente subsidiadas por políticas estatais, como o milho e a soja, e formulados para serem altamente palatáveis e viciantes, os ultraprocessados acabam sendo mais baratos e acessíveis que os alimentos frescos. “Aí você acaba tendo problema de saúde, gerando obesidade, e os serviços de saúde cada vez mais inchados de pessoas com doenças crônicas não transmissíveis”, lamenta.

Uma pesquisa de 2023 da Universidade de São Paulo (USP) estimou que 57 mil pessoas morrem prematuramente a cada ano devido ao consumo de alimentos ultraprocessados, 10,5% de todas as mortes prematuras de adultos entre 30 e 69 anos no país. O conceito de morte prematura vem da Organização Mundial da Saúde (OMS), que o define como a probabilidade de morrer entre 30 e 70 anos em decorrência de doenças cardiovasculares, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas.

“Esse sistema baseado na comoditização da alimentação gera uma erosão cultural e alimentar sem precedentes. É uma homogeneização, uma perda de diversidade de nutrientes, de conhecimentos, que é ao mesmo tempo uma perda de diversidade ecológica”, alerta Cristiane Coradin, que integra o Grupo de Trabalho em saúde da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e é professora da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Ela alerta: “Temos uma dieta rica em car-

boidratos e açúcares e pobre em proteínas, fibras, outros nutrientes diversificados. A gente está reduzindo inclusive o consumo de alimentos essenciais da nossa dieta, como o feijão. A gente tem energia, mas não tem os nutrientes necessários para o nosso desenvolvimento pleno, o que nos torna mais vulneráveis do ponto de vista imunológico, por exemplo”.

Diversificação e construção social de mercados

Reintroduzir a diversidade de alimentos e nutrientes à dieta alimentar dos brasileiros e aproximar consumidores e produtores de alimentos saudáveis é uma tarefa à qual a agroecologia se propõe. Diversificação – de cultivos, de sementes, de conhecimentos – é um princípio a todo momento mobilizado quando o assunto é agroecologia, um contraponto à homogeneização intrínseca ao modelo do agronegócio. “A agroecologia se preocupa em restituir essa diversidade que muitos agricultores perderam, para que ela dê mais resistência para os ecossistemas locais e que as pessoas também comam melhor”, afirma Coradin.

Uma iniciativa desenvolvida em uma região historicamente associada com o flagelo da fome ajuda a dar materialidade ao papel da agroecologia. É no semiárido da Paraíba onde está localizado o Polo da Borborema, que congrega sindicatos de trabalhadores rurais e associações comunitárias de uma área que reúne 14 municípios e que, desde a década de 1990, produz alimentos de base agroecológica com apoio de organizações da sociedade civil como a AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia. Adriana Galvão, assessora técnica da organização, explica que ali a agroecologia vem sendo construída a partir do conceito de convivência com o semiárido, que, como o nome diz, procura fortalecer estratégias para produzir ali a despeito da seca, reforçando a importância de estocagem dos recursos: da água, da forragem para alimentar os animais e das **sementes crioulas** adaptadas à região. Programas desenvolvidos pela Articulação do Semiárido (ASA) no início dos anos 2000 para garantir a segurança hídrica e alimentar das famílias da região, como a instalação de cisternas para captação de água da chuva e tecnologias para retenção da umidade no solo, a exemplo do Programa ‘Um Milhão de Cisternas’, foram fundamentais para garantir a segurança alimentar das famílias, produzindo de forma agroecológica. Com o tempo, a produção foi gerando um excedente, que passou a ser comercializado em feiras agroecológicas organizadas em vários municípios, inclusive Campina Grande, maior cidade da região, através de uma cooperativa que reúne 13 sindicatos de trabalhadores da área, a CoopBorborema. Segundo Galvão, hoje são 12 feiras agroecológicas espalhadas pelo território, além de pontos fixos, ou quitandas, que começaram a ser organizadas a partir de 2020, e que vendem, além dos alimentos *in natura*, produtos agroecológicos oriundos da unidade de beneficiamento da cooperativa, como cuscuz e fubá. “As feiras foram se tornando oportunidades para vender esses alimentos a preços do mercado local, sem elitizar seu acesso em nichos de mercado”, diz Galvão. Segundo ela, isso foi fundamental para combater a insegurança alimentar na região durante a pandemia. Ela lembra que, além da crise sanitária, 2020 marcou dez anos de seca na região da Borborema, o que, somado ao crescimento do desemprego, apontava para um aumento da vulnerabilidade e da insegurança alimentar. “Organizamos a distribuição de cestas agroecológicas para essa população

Sementes crioulas é o nome dado às sementes tradicionais, adaptadas às condições locais e livres de transgênicos, que mantêm uma grande variabilidade genética, contribuindo para uma maior resistência a pragas, doenças e variações climáticas.

“
ESSE SISTEMA BASEADO
NA COMODITIZAÇÃO DA
ALIMENTAÇÃO GERA
UMA EROSÃO CULTURAL E
ALIMENTAR SEM PRECEDENTES.
É UMA HOMOGENEIZAÇÃO,
UMA PERDA DE DIVERSIDADE
DE NUTRIENTES, DE
CONHECIMENTOS, QUE É AO
MESMO TEMPO UMA PERDA DE
DIVERSIDADE ECOLÓGICA”

CRISTIANE CORADIN
ABA E UNESP

Feiras agroecológicas aproximam produtores e consumidores, gerando emprego e renda no campo



e foi impressionante, porque mesmo num período tão seco, distribuímos por volta de 5,5 mil cestas agroecológicas, com toneladas de alimentos de qualidade”, diz Galvão, complementando que, além disso, foram distribuídos vouchers no valor de R\$ 120 para que as famílias comprassem alimentos nas quitandas. “As pessoas ficaram impressionadas com a quantidade de alimentos que poderiam levar para casa”, lembra.

O apoio a feiras é uma das principais estratégias do movimento agroecológico para materializar a construção de cadeias curtas de valor, outro princípio da agroecologia, que basicamente significa aproximar produtores dos consumidores, reduzindo a dependência de intermediários e do transporte por longas distâncias, reduzindo custos, bem como o CO2 emitido pelo sistema alimentar. Em resposta a esse princípio, iniciativas desenvolvidas na Região Metropolitana de Belo Horizonte têm reforçado que a agroecologia não é só um debate “do campo”. Ali, grupos como a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas trabalham com assessoria técnica em agroecologia para diversas iniciativas também em áreas não rurais. Laura Barroso, que integra a equipe técnica da Rede, afirma que crises como a pandemia, que afetou a distribuição de alimentos em todo o país, mostram a vulnerabilidade do sistema alimentar, que para ela pode ser combatida por meio de políticas públicas de incentivo à agroecologia em contextos urbanos. “A agricultura urbana às vezes é desvalorizada, mas se o fornecimento de alimentos para, por alguma razão, a maioria das pessoas passa dificuldades no acesso. Aí você entende a importância de ter quintais que produzam hortaliças, frutas. Se isso for implementado enquanto política pública, em territórios mais amplos, é uma forma de garantir autonomia”, afirma Barroso. Em 2023 a Rede assessorou, por exemplo, a instalação de tanques de aquaponia na Ocupação Vitória, em Belo Horizonte. O sistema é baseado na reutilização total da água, produzindo proteína animal, no caso tilápias, cujos dejetos svervem de nutrientes para as hortaliças irrigadas pelo sistema.

Outro exemplo de tecnologia social importante para o movimento agroecológico – e que foi fundamental no enfrentamento à insegurança alimentar durante a pandemia – são as cozinhas solidárias. Elas são iniciativas comunitárias de preparação e distribuição de refeições gratuitas para pessoas em situação de vulnerabilidade, e podem ser mantidas por voluntários, organizações da sociedade civil ou movimentos sociais. No início de 2024 elas viraram um programa de governo, sob a batuta do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social e Combate à Fome (MDS), em articulação com ONGs e apoio de instituições como a Fiocruz. O programa procura incentivar a compra de alimentos da agricultura familiar, da agricultura urbana e periurbana para a produção de refeições saudáveis em cozinhas de todo o país.

Ampliar e fortalecer as cozinhas solidárias na região metropolitana de Recife, capital de Pernambuco, tem sido um foco do Instituto Aggeu Magalhães, a Fiocruz Pernambuco. Em parceria com a Campanha Mãos Solidárias, articulação de movimentos sociais para combater a insegurança alimentar durante a pandemia de Covid-19 no estado, a Fiocruz Pernambuco lançou a partir de 2023 um curso de formação e qualificação de equipes de cozinheiras e ajudantes de cozinha que atuem em cozinhas solidárias no estado, que tem como um de seus eixos a agroecologia. Além do curso, a instituição – por meio do projeto Mãos Solidárias, que além do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), conta com a parceria das Universidades Estadual (UPE) e Federal de Pernambuco (UFPE) – vem apoiando a formação de uma rede de hortas urbanas – algumas conjugadas às cozinhas – e de hortas medicinais em assentamentos no interior do estado.

Trabalho e renda

Na Saúde do Trabalhador também não faltam argumentos para fazer a denúncia do agronegócio e a defesa da agroecologia. No Brasil, onde cerca de um quarto da população economicamente ativa trabalhava na agropecuária em 2023, milhões de trabalhadores estão expostos cotidianamente a uma série de agravos à saúde. Um exemplo são as intoxicações por agrotóxicos, que como mostrou reportagem de 2020 da ONG Repórter Brasil, ainda constituem um grande gargalo do sistema de seguridade social. A reportagem identificou, com base em informações do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde, obtidas via Lei de Acesso à Informação, 7.163 trabalhadores rurais atendidos em hospitais e diagnosticados com intoxicação por agrotóxico dentro do ambiente de trabalho ou em decorrência da atividade profissional entre 2010 e 2019. Mesmo com o diagnóstico, apenas 11% deles (787) tiveram a comunicação de acidente de trabalho (CAT) enviada ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Parte do problema se dá devido à precarização do trabalho rural: 67% dos casos ocorreram com funcionários sem carteira profissional.

A alta informalidade, associada a uma fiscalização deficitária e à dificuldade de acesso a mecanismos de denúncia, é um fator de precarização do emprego rural no Brasil, que acaba expondo esses trabalhadores a péssimas condições. Segundo Wanessa Natividade, em muitos locais a falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), inclusive para assegurar um manejo minimamente seguro de agrotóxicos, é regra. “O que inclusive pode colocar em risco as famílias, porque ele [o trabalhador rural] utiliza essa roupa, que é levada para casa cheia de resíduos de agrotóxicos, é lavada e há ali uma contaminação com impacto na saúde humana e ambiental”, diz. As jornadas exaustivas são outro problema comum – e um exemplo são os chamados boias-frias, trabalhadores temporários que se deslocam diariamente de suas casas para as fazendas de cana-de-açúcar, café, laranja e outras culturas pelo país, muitas vezes atuando em condições precárias, com baixos salários e sem vínculo empregatício formal.

Informalidade e falta de fiscalização adequada são ainda uma receita para a existência, até hoje, de duas chagas do cenário do trabalho no Brasil, que afetam de forma desproporcional o setor agropecuário. Segundo dados do Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas, 56% das vítimas resgatadas de condições análogas à escravidão no país entre 2002 e 2024 estavam no setor agropecuário. Já os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicaram que havia 345,6 mil crianças e adolescentes em situação de trabalho infan-



til na agropecuária em 2023 no Brasil, 21,6% do total de casos identificados naquele ano.

Por tudo isso, construir relações de trabalho diferentes do modelo agroindustrial é parte importante da transição defendida pelo movimento agroecológico. A base dessa transição é a agricultura familiar, forma de organização social que é responsável, segundo o relatório 'Da uniformidade à diversidade', do Ipes-Food, por 60% dos alimentos consumidos no mundo. Nesse enfoque, os núcleos familiares são donos dos meios de produção, da terra, e empregam sua força de trabalho no cultivo (leia mais na pág. 12). "É a agricultura familiar que sustenta hoje a produção diversificada de alimentos, a produção de feijão, de mandioca, de hortaliças em torno dos grandes centros das cidades. Por isso que a gente trabalha muito essa valorização e esse fortalecimento", explica Cristiane Coradin, da ABA. E completa: "A agricultura familiar está gerando trabalho e renda para as pessoas no campo, para que elas possam viver no campo e do campo".

Na agricultura familiar, explica Adriana Galvão, os sítios são lugares de moradia e de trabalho, com uma organização diferente. "Ele tem seu próprio ritmo, de acordo com os tempos da natureza, com o ano, se é de chuva ou de seca, especialmente aqui no semiárido. E o que eu percebo é muito mais qualidade de vida, porque eles [os trabalhadores] estabelecem relações diferenciadas com aquele ambiente, com o processo da divisão do trabalho", complementa.

O trabalho coletivo e a organização comunitária, por exemplo, em cooperativas, são também incentivados pela agroecologia e, segundo Wanessa Natividade, contribuem para melhores condições de trabalho. "A agroecologia traz um modelo que valoriza a autonomia desses trabalhadores, nessa produção, na escolha das sementes que vão ser plantadas, dos insumos que vão ser utilizados, além de ter uma relação de trabalho mais justa. Além disso, a agricultura familiar agroecológica não tem os agrotóxicos e outros insumos químicos nocivos. Sem dúvidas a gente consegue garantir a saúde desses trabalhadores muito mais no modelo da agroecologia", afirma Natividade.

Não que não haja contradições. Segundo Galvão, a questão da divisão sexual do trabalho é bas-

tante presente na Borborema e no movimento agroecológico em geral, por conta das chamadas 'duplas jornadas de trabalho' das mulheres. "As mulheres acabam acumulando um trabalho muito maior, no plantio e também na casa, no cuidado com os filhos, e no quintal, que é um espaço produtivo central para a segurança alimentar da família", afirma a assessora da AS-PTA.

Outra contradição diz respeito ao fato de que, embora a agricultura familiar seja condição fundamental para o enfoque agroecológico, as duas coisas não são sinônimas. Existe agricultura familiar que produz com base na monocultura e nos agrotóxicos, a qual o movimento agroecológico frequentemente se refere como "agronegócio". São famílias muitas vezes atraídas pela promessa de lucros mais elevados das cadeias de produção de *commodities* ou que são impossibilitadas de produzir sem veneno devido à proximidade com grandes e médias propriedades do agronegócio, que empregam a pulverização aérea de agrotóxicos e sementes transgênicas, que trazem o risco da contaminação. Uma aliança que acaba expondo os agricultores a vários riscos, como afirma o 'Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde' (lançado em 2015 pela EPSJV/Fiocruz em parceria com a Expressão Popular): a perda de autonomia dos agricultores, que ficam economicamente dependentes dos pacotes tecnológicos de sementes transgênicas e agrotóxicos impostos pelas empresas. No entanto, essa articulação é tão comum que a predominância da agricultura familiar – em que a situação pode ser ainda mais grave, já que os trabalhadores têm contato direto com os agrotóxicos, ao contrário das lavouras mecanizadas do agronegócio – foi um dos critérios utilizados pelo Ministério da Saúde para selecionar os 273 municípios prioritários para a implantação de um programa de Vigilância de Populações Expostas a Agrotóxicos dentro do Plano Nacional de Saúde 2020-2023, o que mostra o quanto os trabalhadores da agricultura familiar são um grupo de elevado risco de exposição a essas substâncias.

Segundo o Dossiê Abrasco, esse cenário em parte tem a ver com a maneira como estão estruturadas as próprias políticas de fortalecimento da agricultura familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), bem como as políticas de concessão de crédito rural e de Assistência Técnica e Extensão Rural, que ainda são muito voltados para a difusão do modelo agroquímico, enquanto as políticas de fomento à transição agroecológica sofrem com a falta de recursos (veja mais na página 10). Por isso é importante não "jogar o bebê fora com a água do banho", como diz o ditado, e é em parte por isso que se fala em "transição" agroecológica. Não se trata de uma lista de exigências a serem cumpridas, mas de um processo que envolve ganhos incrementais. Nesse sentido, a agricultura familiar, com todas as suas contradições, está muito mais próxima do modelo de organização do trabalho que a agroecologia preconiza, baseada em relações mais justas e solidariedade, do que o modelo do agronegócio. Só que para isso é preciso convencer os agricultores de que o enfoque agroecológico é mais viável, não só do ponto de vista ambiental e da saúde, mas também econômico – além, claro, de criar condições materiais para que isso seja verdade. Isso envolve, fundamentalmente, o Estado e suas políticas, de modo que movimentos do campo a todo momento reforçam a necessidade da transição agroecológica também na lógica de fomento à produção rural no país, atualmente direcionada de maneira desproporcional ao modelo agroexportador.

Mas algumas iniciativas pelo país mostram o quanto a agroecologia, devidamente apoiada e organizada, pode fazer frente ao poderio econômico do agronegócio. Um exemplo vem do Polo da Borborema, onde, segundo Adriana Galvão, os trabalhadores organizados na cooperativa CoopBorborema optaram por rejeitar uma proposta de integração



CONSTRUIR RELAÇÕES DE
TRABALHO DIFERENTES DO
MODELO AGROINDUSTRIAL
**É PARTE IMPORTANTE DA
TRANSIÇÃO DEFENDIDA PELO
MOVIMENTO AGROECOLÓGICO**

ao sistema produtivo do tabaco da empresa Souza Cruz em 2010. “Fizemos um estudo econômico e ecológico de viabilidade com a comparação entre os dois sistemas. Chamamos todos esses agricultores, Secretaria Estadual de Agricultura Familiar, órgãos que regulavam o uso de agrotóxicos e fizemos um grande debate. E, no final, os agricultores perceberam que aqui era muito mais vantagem permanecer na agroecologia”, diz Galvão.

Saneamento e Saúde

Embora a produção sustentável de alimentos saudáveis seja a dimensão central da discussão sobre a transição agroecológica, não é a única. Experiências com saneamento ecológico no Brasil têm mostrado o potencial da adoção dos princípios da agroecologia para contribuir com esse que ainda permanece um gargalo das políticas de saúde no país – segundo o Censo Demográfico 2022 do IBGE, 49 milhões de brasileiros, ou 24% da população, vivem em residências sem descarte adequado de esgoto.

Uma experiência emblemática nesse sentido está completando dez anos. Em 2015 foi instalado o primeiro de 11 módulos de saneamento ecológico na comunidade caiçara da Praia do Sono, em Paraty, no estado do Rio de Janeiro. Coordenado pelo Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), parceria entre Fiocruz, Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e o Fórum das Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba, o projeto, segundo o coordenador do OTSS Wagner do Nascimento, nasceu do diálogo com as comunidades da área, que apresentaram o saneamento como uma carência local. “A partir daí houve uma demanda gigantesca de saneamento com esse viés da agroecologia, unindo conhecimento tradicional com conhecimento científico-acadêmico. Temos buscado parceria com os municípios da região e com a própria Funasa e estamos ampliando o saneamento ecológico em outros territórios”, comemora Nascimento.

A possibilidade de construção “de baixo para cima”, a organização comunitária, a adequação das tecnologias aos territórios e aos ecossistemas e a preocupação com o manejo sustentável da água foram critérios usados na escolha da tecnologia social que seria instalada, que foi o chamado tanque de evapotranspiração (processo pelo qual o solo e as plantas perdem água para a atmosfera, por evaporação e transpiração, respectivamente). Ele reutiliza a água e os nutrientes do esgoto para geração de alimentos. No caso, bananas. O tanque é uma caixa retangular impermeabilizada em cujo interior há uma câmara que recebe o esgoto, que pode ser de tijolos ou pneus. Em cima e dos lados dela é colocada uma camada de entulho e, em seguida, uma camada de brita. Sobre a brita, areia e, por fim, uma camada de terra, onde são plantadas bananeiras. O esgoto passa pelos pneus, pelo entulho, pela

brita, de forma ascendente, subindo pela areia, e vai sendo filtrado, chegando até a raiz das bananeiras, que puxam esse esgoto e vão evapotranspirar essa água, que volta para a atmosfera. Lógica inversa da dos sumidouros, fossas rudimentares muito utilizadas em comunidades rurais, em que o esgoto é lançado e acaba se infiltrando pelo solo, podendo contaminar os lençóis freáticos. Com financiamento da Funasa e da Prefeitura de Paraty, os módulos da Praia do Sono foram construídos pelos próprios moradores da comunidade, que também fazem a manutenção dos tanques. “Nossa experiência foi incluída no Programa Nacional de Saneamento Rural como uma iniciativa

importante, para virar uma política pública de verdade, o que mostra o papel que a agroecologia tem não só para o futuro desse território, mas também do debate do saneamento no Brasil”, diz Nascimento.

Cuidado em saúde e agroecologia

Para além da garantia da segurança alimentar e nutricional, a agroecologia tem ganhado espaço no debate das plantas medicinais e dos fitoterápicos e seu papel dentro do Sistema Único de Saúde. Desde 2006 o SUS conta com uma Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) que tem, pouco a pouco, ajudado a consolidar iniciativas de produção de medicamentos a partir de plantas medicinais cultivadas de maneira agroecológica.

Estudos têm apontado que as plantas medicinais cultivadas de forma agroecológica têm maior concentração dos princípios ativos que interessam à produção dos medicamentos. Uma nota técnica de 2015 da Embrapa indica que dois indícios de má qualidade das plantas medicinais no Brasil, a quantidade inadequada de princípio ativo e a presença de resíduos de agroquímicos, têm como solução um cultivo “embasado em tecnologias agroecológicas”, com o uso, por exemplo, de adubação com fontes orgânicas, utilização de policultivo e consórcio de plantas, para diversificar a área de produção e reduzir infestação com pragas e patógenos causadores de doenças. O próprio Ministério da Agricultura e Pecuária faz, em um guia com orientações para o cultivo de plantas medicinais, de 2006, uma defesa, ainda que implícita, da agroecologia e seus princípios – como a consorciação e diversificação de culturas e o uso de adubos orgânicos. O guia recomenda que o plantio seja feito em áreas isentas de resíduos de agrotóxicos.

Criado na esteira da aprovação da Política para dar suporte à sua implantação, o Sistema RedesFito articula agricultores, governos, empresários, academia e sociedade civil nos diferentes biomas brasileiros para o desenvolvimento de fitomedicamentos, fitoterápicos e fitoprodutos (como sabonetes e óleos essenciais), e há 15 anos é encabeçado pelo Centro de Inovação em Biodiversidade e Saúde do Instituto de Tecnologia em Fármacos da Fiocruz, conhecido como Farmanguinhos. “A ideia é desenvolver teias produtivas nos territórios para gerar desenvolvimento local, além da inovação à base da nossa sociobiodiversidade”, diz o coordenador nacional do Sistema e pesquisador da Fiocruz, Jefferson Santos. Ele explica que o conceito de sociobiodiversidade procura levar em conta também os conhecimentos populares e tradicionais daquelas localidades acerca da biodiversidade. No mesmo sentido, a RedesFito trabalha com o conceito de “arranjo ecoprodutivo local”, em um esforço de trazer a dimensão agroecológica para a produção. “São as pessoas do próprio território que nos procuram para



Tecnologia social permite que o esgoto gerado na comunidade seja usado para produzir bananas

EDUARDO NAPOLI/COMUNICAÇÃO OTSS

montar um arranjo. Que não tem a ver só com produção. É a junção de todos os atores envolvidos nessa teia das plantas medicinais, fitoterápicos e fitoprodutos. Eles vão identificar os atores no território, e a gente busca traçar sinergias para desenvolver teias produtivas, tanto de produtos, mas também de ações de promoção da saúde, como a implantação de farmácias vivas”, explica Santos, fazendo referência ao programa do Ministério da Saúde criado em 2010, que incentiva o cultivo e a dispensação de plantas medicinais e de fitoterápicos nas unidades básicas de saúde. “Um dos nossos princípios é que a produção se dê de forma agroecológica. Ou no mínimo, orgânica, porque obviamente a gente não exclui ninguém no começo. Trazemos para conversar e vamos tentando convencer a adotar o manejo agroecológico”, diz o coordenador nacional da RedesFito. “O sistema agroecológico é o caminho para uma produção de plantas medicinais e fitoterápicos que venha a promover saúde, e não mais doença”, completa. Ele aposta no potencial desses arranjos, não só para a promoção da saúde, mas também para a geração de renda nos territórios. “Uma luta que a gente está travando atualmente é para que esses pequenos agricultores possam vender plantas medicinais para as farmácias vivas, para o Ministério da Saúde, o que a legislação atual não permite”, afirma Santos.

Agrotóxicos

A denúncia dos efeitos dos agrotóxicos sobre a saúde é uma dimensão importante da mobilização em favor da transição agroecológica. Os agrotóxicos se disseminaram de tal forma – amparados por uma narrativa difundida pela indústria química de que eles seriam inevitáveis para ‘alimentar o mundo’ – que cumpriram uma profecia autorrealizável, se tornando de fato inevitáveis. Mas não pelos motivos que as empresas defendem. A ciência vem provando que viver sem ingerir esses venenos, de uma forma ou de outra, hoje é virtualmente impossível. No Brasil, a literatura científica – como por exemplo o dossiê da Abrasco – hoje mostra que os agrotóxicos estão presentes em cordões umbilicais e em fezes de recém-nascidos, comprovando que a exposição se dá no pré-natal; eles estão também no leite materno e nos seus substitutos, estão no ar que respiramos e na água que bebemos. Outras pesquisas, essas do Instituto de Defesa dos Consumidores (Idec), indicaram ainda que os agrotóxicos estão presentes nos alimentos *in natura*, na carne de animais alimentados com ração feita com milho e soja contaminados, e também nos alimentos ultraprocessados produzidos a partir desses insumos.

Também há indícios dos malefícios à saúde que essa exposição aos agrotóxicos vem produzindo, de forma aguda ou crônica. Um dossiê divulgado no final de 2024 pela Abrasco em parceria com a Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/Fiocruz) traz uma série de pesquisas publicadas desde 1982 que mostram

os efeitos da exposição aos agrotóxicos para a saúde reprodutiva. Os estudos indicam que a exposição provoca alterações hormonais e genéticas em células reprodutoras e nos embriões, além de neoplasias (como o câncer de mama) e o aumento do risco de partos prematuros, abortamentos e malformações congênitas.

Já o primeiro Dossiê Abrasco, de 2015, alerta para a presença, em alimentos consumidos pelos brasileiros, de diversos agrotóxicos acima dos limites permitidos ou em culturas para as quais não são autorizados, conforme análises do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos, ou PARA, no âmbito da Anvisa. Um exemplo é o inseticida permetrina, associado a mieloma múltiplo (tipo de câncer com origem na medula óssea). Outro inseticida, a lambda-cialotrina, está associado ao aparecimento de distúrbios neuromotores. O procloraz, por sua vez, atua como um desregulador endócrino, diminuindo a produção e síntese de hormônios corticosteroides e sexuais masculinos e feminino e prejudicando funções fisiológicas como a fertilidade masculina, o metabolismo de nutrientes e a regulação do sistema imunológico.

Apesar disso, os agrotóxicos contam há anos com uma política generosa de concessão de incentivos fiscais por parte do Estado. Levantamento da Abrasco calcula que, enquanto o SUS gasta R\$ 12 bilhões ao ano com doenças causadas por agrotóxicos, o governo concede R\$ 10 bi em isenções fiscais a esses produtos.

Documento de autoria de dois relatores do Conselho de Direitos Humanos da ONU intitulado ‘Efeito dos agrotóxicos no direito à alimentação’, de 2017, citando artigos científicos produzidos por instituições de pesquisa e organizações da sociedade civil de vários países, bem como de organizações do próprio sistema das Nações Unidas, é categórico: “A agroecologia é capaz de produzir o suficiente para alimentar toda a população mundial e garantir que ela seja nutrida adequadamente”. Os relatores explicam que sem usar agrotóxicos é possível produzir alimentos mais saudáveis e ricos em nutrientes, com produção mais elevada em longo prazo, sem contaminar e esgotar os recursos naturais. Afirmando ainda que a medida mais eficaz no longo prazo para reduzir a exposição aos agrotóxicos é afastar-se da agricultura industrial. A agroecologia, “base da agricultura sustentável”, aparece como alternativa. “O argumento promovido pela indústria agroquímica de que os agrotóxicos são necessários para se alcançar a segurança alimentar não é apenas impreciso, mas também perigosamente enganador”, pontuam os autores.

Outro relatório, este produzido em 2016 pelo IPES-Food, lista vários artigos científicos que apontam resultados positivos da adoção de sistemas agroecológicos diversificados em vários países. Alguns deles dizem respeito à principal justificativa para o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos pelo modelo industrial: o controle de pragas e a adubagem do solo. O relatório cita, por exemplo, o sistema *push-pull* utilizado no Quênia, que conseguiu duplicar a produção de milho e de leite. Funciona assim: as pragas do milho são afastadas (*push*) por meio da plantação intercalada com *Desmodium* (planta usada como forragem para o gado) e são simultaneamente atraídas (*pull*) para parcelas de capim-elefante, que secretam uma goma pegajosa que retém insetos. Técnica similar foi descrita em países da Ásia, com uma prática milenar: o sistema pato-arroz: os patos comem ervas daninhas, insetos e pragas da plantação de arroz, reduzindo a necessidade de capinar, e suas fezes servem de adubo à plantação.



Adriana Galvão narra um embate envolvendo agricultores agroecológicos e o governo do estado da Paraíba em 2010 que ilustra bem essa disputa. A produção de laranja de uma área da Borborema conhecida como Brejo foi contaminada com a chamada mosca-negra-do-citrus, uma praga que coloca em risco o cultivo inteiro e exige a adoção de medidas para sua erradicação e controle. As medidas incluíram a distribuição, pelo governo do estado, de um inseticida, o Provado. “Eles iam para a mídia para falar que tinha que colocar veneno, a gente ia para falar que não tinha”, diz Galvão. A mobilização contrária aos agrotóxicos uniu, além dos agricultores do Polo e organizações de assessoria como a AS-PTA, a Universidade Federal da Paraíba, com o objetivo de mostrar que o controle biológico era o meio mais efetivo de conter a praga, mas também de assegurar a viabilidade do cultivo agroecológico já consolidado na região. “A gente se organizou, criou produtos alternativos, manejos ecológicos, que deram resultados positivos. Juntamos todo mundo, chamamos o estado, a Emater na época [empresa de assistência técnica e extensão rural do governo paraibano], hoje chamada Empaer, e provamos os resultados positivos. E eles recolheram o Provado que haviam distribuído”, resgata.

Diante de todo esse cenário, da onipresença dos agrotóxicos e esgotamento dos recursos naturais às condições de trabalho precárias promovidas pelo agronegócio, passando ainda pela priorização das *commodities* agrícolas que sacrificam a segurança alimentar de milhões de brasileiros em nome de um desenvolvimento excludente, em um modelo que produz, simultaneamente, a fome e a obesidade, cada vez mais estudos e práticas apontam a agroecologia como um caminho alternativo, com potencial de promover saúde, em diversos aspectos: segurança alimentar e nutricional com sustentabilidade ambiental, cuidado a partir dos co-

Saúde e agroecologia na Fiocruz

A Fiocruz vem fortalecendo sua atuação na produção de conhecimentos da área de saúde e agroecologia e sua articulação com os movimentos populares e organizações que trabalham com essa agenda. Um processo que ganhou força a partir de 2017, quando os trabalhadores da Fundação aprovaram como diretriz da instituição o fortalecimento de “novas temáticas relacionadas à área de saúde e ambiente”, entre elas a agroecologia.

Segundo Hermano Castro, a agroecologia ocupa hoje um lugar de destaque na política institucional da Fundação. “A Fiocruz entende a agroecologia como um caminho para enfrentar doenças, atuar na promoção da saúde e garantir alimento de qualidade na mesa do trabalhador e das pessoas”, assinala. Até 2022, haviam sido mapeadas 91 iniciativas em agroecologia com participação direta da Fiocruz, em institutos localizados nos campi de sete estados: Rio de Janeiro, Distrito Federal, Amazonas, Ceará, Pernambuco, Bahia e Mato Grosso do Sul.

A EPSJV/Fiocruz figura no topo da lista, junto com a Fiocruz Pernambuco, com 15 experiências. Desde 2018, por exemplo, por meio do projeto ‘EPSJV Sustentável’, a Escola vem realizando a compra dos alimentos que compõem o cardápio escolar de cooperativas de agricultores familiares, sem agrotóxicos, com recursos próprios e complementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O programa estabelece que 30% do dinheiro repassado pela União deve ser destinado à compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar, mas a Escola hoje realiza 100% de suas aquisições dessa forma. Destacam-se ainda publicações como o Dicionário de Educação do Campo, de 2012, em parceria com o MST, e o Dicionário de Agroecologia e Educação, lançado em 2021 em parceria com a Expressão Popular.

Outra experiência importante é realizada desde 2014 no campus Manguinhos, no Rio de Janeiro: a Feira Agroecológica Josué de Castro, organizada pela Ensp/Fiocruz e pela EPSJV/Fiocruz. A feira fomenta a agroecologia, o trabalho dos pequenos produtores rurais e urbanos, a alimentação saudável, e o artesanato das comunidades tradicionais e acontece quinzenalmente no Campus Manguinhos, em parceria com movimentos sociais agroecológicos do Rio.

Segundo Hermano Castro, atualmente a agenda de saúde e agroecologia da Fiocruz vem tocando a elaboração de um documento com orientações técnicas e normativas para a produção de alimentação adequada e saudável nos eventos e ambientes alimentares da Fiocruz. “A gente quer modificar nossos eventos internos, reuniões, *coffee breaks*, para trazer alimentos de verdade, trazendo pequenos agricultores, cozinheiras e cozinhas agroecológicas” afirma. Um segundo momento envolve ampliar essa normatização para a aquisição dos serviços de alimentação dentro do campus. Outra iniciativa da VPAAPS/Fiocruz no momento, segundo Castro, é um projeto para garantir o fornecimento de alimentos saudáveis em comunidades do Rio de Janeiro, com a instalação de sacolões e cozinhas solidárias, que desde o ano passado são uma política de governo que a Fiocruz vem apoiando em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome (MDS).

Para além dos números, André Burigo, que atua como assessor da VPPAPS/Fiocruz na coordenação da articulação da agenda de saúde e agroecologia, ressalta que nos últimos quatro anos a Fiocruz criou muitas outras iniciativas que articulam essas áreas de forma inovadora. “Estão sendo desenvolvidas aqui experiências muito pouco trabalhadas pelo campo da saúde coletiva, como agroecologia em terreiros, com povos indígenas, com crianças e em territórios de favelas. Certamente estamos avançando e temos muito o que fazer. Precisamos garantir, por exemplo, que a alimentação oferecida nas unidades de saúde do SUS sejam 100% livres de veneno”.

nhcimentos tradicionais das plantas medicinais, novas perspectivas em saneamento ecológico e também a promoção de relações de trabalho mais solidárias no meio rural. Tudo em consonância com o projeto de sociedade idealizado pela Reforma Sanitária e expresso na criação do SUS, o maior sistema universal do mundo. “A transição agroecológica é um processo necessário no Brasil, de

modo a aproveitar as terras que temos para plantar alimentos em um modelo que respeite a floresta, com diversidade de culturas, sem contaminantes, de forma saudável e sustentável”, resume o vice-presidente da Fiocruz, Hermano Castro. ●



Programas bem desenhados, mas com pouco orçamento

Falta de flexibilidade no acesso ao crédito e burocracia dificultam acesso a recursos por parte dos pequenos produtores

Governo realiza relançamento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em março de 2023

JULIANA PASSOS

Garantir o sustento e cuidar do território: foi com essas ideias em mente que integrantes da paróquia local do município de Sento Sé, na Bahia, quase na fronteira com o estado do Piauí, começaram a pensar estratégias para geração de renda entre os mais jovens, tentando evitar o êxodo dessa juventude para outras cidades. A iniciativa começa no final dos anos 1990 com a produção de mel, já que o fato de a cidade ser banhada pela margem direita do rio São Francisco favorece o plantio de flores ricas em pólen e néctar. A ideia deu certo e, em 2002, nasce a Associação dos Apicultores de Sento Sé (Aapssé), que conquistou a certificação do mel produzido três anos depois. Atualmente a associação reúne 25 produtores que comercializam vários alimentos. A diversificação da produção foi motivada pelos períodos constantes de seca que reduziram a florada e a consequente retirada de pólen e néctar das flores pelas abelhas. Assim, já no final da primeira década dos anos 2000, a Associação passou a contar com integrantes produtores de mandioca para a venda não só *in natura*, mas também de biscoitos de tapioca. Houve ainda investimento na produção de frutas e hortaliças para inscrição nos programas de compras públicas do governo federal e, a partir de 2020, na feira local da cidade, uma demanda antiga dos produtores, que antes necessitavam comercializar seus produtos em municípios maiores, muitas vezes a partir de atravessadores. “A nossa principal questão diz respeito aos recursos financeiros, em especial para compra de materiais e equipamentos próprios para a Casa de Mel, seja por demandas próprias, seja pela legislação que muda a cada ano”, diz a vice-presidente da Associação, Juciara Landislau.

O histórico de sucesso da associação ilustra a importância das políticas públicas destinadas à produção agroecológica: foi com recursos vindos de diversas modalidades de financiamento e crédito que, ao longo dessas quase três décadas de existência, a iniciativa conseguiu crescer sem precisar abrir mão da agroecologia, embora ainda existam muitas dificuldades para acessar essas oportunidades.

De forma direta ou indireta, vinculadas a diferentes Pastas, o Brasil tem hoje dezenas de políticas, programas e outras iniciativas governamentais que visam fortalecer a agroecologia, embora o total de recursos disponíveis esteja ainda muito longe das necessidades – para se ter

uma ideia, para 2025 a previsão orçamentária do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), responsável principal pelas políticas relacionadas a essa área, é pouco mais da metade do volume que deve ser destinado ao Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), que tem entre suas funções centrais o fortalecimento do agronegócio. Entre as iniciativas mais conhecidas estão o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), mas existem vários outros, como o Programa Cisternas (2003) e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), de 2010, e a Política Nacional de Abastecimento Alimentar (PNAAB), lançada no final de 2023, além da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), de 2012, que tem um plano operativo e se desdobra em diferentes programas. Isso sem contar as políticas públicas de outras áreas – a exemplo da saúde – que acabam por reforçar a concepção e a prática da agroecologia.

Evolução das políticas

O começo dos anos 2000, quando a Aapssé foi criada, também marcou o início da formulação e implementação de uma série de programas e políticas destinadas à agricultura familiar, diante da preocupação com a produção de alimentos de qualidade nutricional e com o combate à fome. Um dos marcos desse período é o lançamento do programa Fome Zero, ainda no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A partir daí, lembra Paulo Petersen, membro da secretaria-executiva da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), o papel da agricultura familiar ganha força e, com o passar do tempo, o da agroecologia também. “As pautas em torno da agricultura familiar foram fundamentais para, anos depois, a criação da política de agroecologia”, diz.

Em 2003, a ampliação do crédito para os pequenos produtores foi uma das primeiras medidas do governo recém-empossado, e, no mesmo ano, foi lançado o primeiro Plano Safra para a Agricultura Familiar. Mais do que a garantia de crédito, já existente desde 1996 por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), a proposta do novo Plano incluía oferecer maior estrutura para os pequenos produtores e englobava outras ações, como o financiamento da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), responsável por melhorar a qualidade e a quantidade da produção desses agricultores.

Também em 2003, como parte do Plano Safra, foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos, com a proposta de realizar compras públicas de agricultores familiares por parte de estados e municípios a partir do repasse de recursos federais. A ideia é que a iniciativa garanta o sustento desses produtores e destine alimentos de qualidade para as populações em vulnerabilidade social. O PAA não é exclusivo para a produção agroecológica, embora preveja um incentivo a essa prática, garantindo a compra desses produtos mesmo com um sobrepreço de até 30%. Alguns anos depois, em 2009, surgiu o Programa Nacional de Alimentação Escolar, com funcionamento similar ao PAA, mas com outros destinatários da produção: estudantes de escolas públicas no ensino fundamental e médio.

Saúde e agroecologia

Também na formulação e na luta por políticas públicas tem cada vez mais se refletido a importância da relação entre agroecologia e saúde que você leu na reportagem de capa desta edição. Assim, várias iniciativas desenvolvidas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) – como a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, o programa Farmácia Viva, que é parte da Política Nacional de Assistência Farmacêutica do SUS, a Programa Nacional de Saneamento Rural e a Política Nacional de Alimentação e Nutrição – expressam a relevância das práticas agroecológicas na promoção da saúde da população. Ao focarem o controle e a prevenção de doenças e agravos que podem ser associados ao modelo hegemônico de produção de alimentos – por exemplo, em função do consumo ou exposição a agrotóxicos –, outras iniciativas também reforçam esse lugar da agroecologia. Nesse caso, pode-se citar, por exemplo, um conjunto de estratégias de Vigilância em Saúde das Populações Expostas a Agrotóxicos (VSPEA) que são coordenadas pelo Ministério da Saúde e subsidiam a ação das secretarias estaduais e municipais, a Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer e a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.

No âmbito do SUS, a mais antiga iniciativa governamental nacional que dialoga com a agroecologia e ainda está em vigor é a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), criada em 1999, com o objetivo de promover uma alimentação adequada e saudável para a população brasileira, especialmente no contexto de combate à desnutrição, e uma melhor qualidade nutricional, incentivando a preferência por alimentos agroecológicos. Um dos marcos dessa política foi a publicação de dois guias: um para a população brasileira em geral (2014) e outro sobre crianças menores de dois anos (2019). “Esse talvez seja o principal documento do Ministério da Saúde que defende sistemas alimentares agroecológicos como caminho para a promoção da saúde”, opina o coordenador da Agenda de Saúde e Agroecologia da Vice-presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS) da Fiocruz, André Burigo. Esses materiais devem ser a principal referência para orientar os profissionais da Atenção Primária à Saúde (APS) no acompanhamento da nutrição da população, ensinando a privilegiar alimentos *in natura* e evitar ultraprocessados. São os profissionais da Atenção Primária também os responsáveis por preencher os dados do Sisvan, o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan), que informa a condição alimentar e nutricional brasileira. Entre os principais acompanhamentos feitos pelo sistema estão o baixo peso, obesidade e as deficiências nutricionais. “A PNAN trouxe o componente alimentar para dentro da saúde associado aos programas de transferência de renda e, como consequência, temos o crescimento do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, que não era até então tão valorizado. A outra perspectiva que a política traz é na relação do cuidado nutricional em vários ciclos de vida. Por exemplo, a PNAN vai apoiar a promoção do aleitamento ma-

terno, o acompanhamento do cartão de crescimento e o combate à desnutrição infantil”, diz a pesquisadora da Fiocruz Brasília Denise Oliveira e Silva, que coordenou o sistema e participou da criação da política.

Outra iniciativa relevante é a Política Nacional de Saúde Integral da População do Campo, das Florestas e das Águas (PNSIPCFA), que começou a ser elaborada em 2004, foi aprovada no Conselho Nacional de Saúde em 2008 mas só foi publicada como política do SUS em 2011, com uma última atualização em 2014. O texto não traz o termo ‘agroecologia’, mas trata da agricultura familiar, produção sustentável e preocupação com a contaminação dessas populações por agrotóxicos. “Essa política é a principal avenida de relação entre saúde e agroecologia, porque essas populações têm capacidade de fazer a produção de alimentos limpos e saudáveis”, avalia o coordenador da área de Saúde e Ambiente da Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde e representante da Fiocruz no Grupo da Terra, Guilherme Franco Netto. O texto parte da constatação de que o acesso integral à saúde se capilarizou principalmente nas grandes cidades, mas precisa ainda ser fortalecido nos territórios do campo, florestas e das águas. Prevê também iniciativas que visam diminuir os acidentes de trabalho no campo e a intoxicação por agrotóxico, além de acolher novas demandas de saúde que partam dessas populações. “A característica central da atuação do SUS nos territórios de campo, floresta e água é de um Sistema fragmentado e limitado. Embora haja a presença de agentes comunitários de saúde em quase todos os territórios, muitas vezes são apenas eles que estão lá, e isso não é suficiente para fazer e assegurar as ações básicas de saúde”, diz Franco Netto. Ao longo desses mais de dez anos, foram elaborados dois planos operativos para a política, mas pouca coisa saiu do papel, a ponto de ele falar em “década

perdida". Com a reativação do Grupo da Terra, que funciona como um conselho de participação social para a política coordenado pelo Ministério da Saúde, um terceiro plano está sendo construído neste momento e a expectativa de Franco Netto é de que seja lançado ainda este ano. Entre as mudanças esperadas, está a explicitação da agroecologia para a promoção da saúde dessas populações.

Uma Política com 'Agroecologia' no nome

A grande novidade na relação entre essas áreas veio em outubro de 2024, com a inserção de um eixo sobre saúde na última edição do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), que é o instrumento operativo de uma Política Nacional que leva o mesmo nome, a Pnapo. Criada em 2012, a iniciativa prevê a promoção da qualidade e da segurança alimentar por meio de uma produção justa e sustentável que preserve os ecossistemas e biodiversidade. "A inclusão deste eixo é resultado de uma grande mobilização do Ministério da Saúde e da articulação de várias secretarias e do gabinete da [então] ministra Nísia [Trindade]. A aproximação entre saúde e agroecologia tem ganhado cada vez mais relevância, mas continua sendo um grande desafio conseguir efetivar nas políticas públicas a inserção da agroecologia como estratégia de manejo da natureza e de promoção da saúde", diz André Burigo.

A Pnapo reuniu acúmulos de movimentos sociais e entidades da sociedade civil na área e iniciativas que estavam espalhadas por diversos ministérios. "A Pnapo criou um grande guarda-chuva e deu um direcionamento estratégico comum às diferentes ações que já existiam, além de trazer a perspectiva de aprimoramento e criação de ações e programas", diz Flávia Londres, integrante da secretaria executiva da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

Já o plano operativo dessa política, que organiza ações e metas, está em sua terceira edição, com vigência até 2027. A primeira versão vigorou entre 2013 e 2015 e teve um orçamento de R\$ 8,8 bilhões. A segunda estava prevista para 2016 a 2019, mas foi praticamente inviabilizada quando o governo de Michel Temer limitou os recursos a R\$ 2 milhões. O terceiro Plano, portanto, só foi lançado cinco anos após o fim do anterior. Entre as ações previstas estão o estímulo à transição agroecológica para a conservação da biodiversidade e proteção dos recursos naturais, capacitação para acesso ao crédito, apoio à criação e ao fortalecimento de redes de comercialização que favoreçam a venda de produtos agroecológicos, incluindo feiras, mercados e reforço nos programas de compras públicas, bem como o fortalecimento da assistência técnica a agriculto-



WILLIAM FRANÇA / ANA

Com apoio de programas governamentais, a Associação dos Apicultores de Sento Sé (Aapsé) reúne hoje uma diversidade de produtores agroecológicos

importância do consumo de alimentos orgânicos e agroecológicos e os riscos dos agrotóxicos". Já para as populações do campo, das florestas e das águas, há, por exemplo, a preocupação de "fortalecer os Centros de Referência de Saúde do Trabalhador", com foco nos espaços rurais, para que promovam ações de saúde do trabalhador.

Tem dinheiro para isso?

Paulo Petersen avalia positivamente as proposições dessa terceira edição do Planapo, mas entende que a capacidade de ação está limitada por um orçamento restrito e majoritariamente vinculado ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf. De fato, segundo o MDA, R\$ 9,8 bilhões estão previstos para a execução do Plano entre 2024 e 2027, mas a maior parte desse valor, R\$ 6 bilhões, será destinada a créditos agrícolas por meio do Pronaf. O que sobra desse orçamento financia programas como o Ecoforte, Quintais Produtivos e Terra à Mesa, em que há menor exigência de contrapartidas e uma flexibilidade maior do uso de recursos. "A perspectiva é que essas iniciativas tenham impacto no aumento na geração de renda e também contribuam com segurança alimentar e nutricional e estimulem o empoderamento feminino. Então [esses programas] trazem também esse olhar em torno da agroecologia", diz a diretora de Inovação para a Produção Familiar e Transição Agroecológica da Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia (SAF/MDA), Vivian Libório. Juntos, o Terra à Mesa – que é destinado à contratação de assistência técnica para contribuir na transição agroecológica – e o Quintais Produtivos – que visa destinar recursos para equipamentos e utensílio para mulheres produzirem alimentos *in natura* – terão um total de R\$ 115 milhões, de acordo com o MDA. Já o Ecoforte, que financia a produção agroecológica em rede, tem previsão orçamentária de R\$ 100 milhões. Para Petersen, esses programas são fundamentais e é preciso expandi-los. "Precisamos de recursos de fomento para financiar grupos de mulheres, grupos de jovens, sem que haja necessidade de contrapartida para alavancar, sobretudo, a agricultura familiar mais descapitalizada. Porque essa tem um potencial rápido de aumentar a sua produtividade, produção de alimentos saudáveis e tudo, geração de renda, emancipação social", analisa.

Atenta às demandas da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais, Libório diz que o diálogo por mais recursos está aberto e a secretaria tem se posicionado sobre isso dentro da Câmara Interministerial de Agricultura e Produção Orgânica (Ciapo), mas argumenta que as decisões relativas a orçamento não dependem apenas da vontade do poder executivo.

Movimentos criticam a ‘lógica’ de alguns programas e elogiam outros

Considerado uma importante conquista do movimento agroecológico, o Ecoforte, que está na sua terceira edição, é o principal programa governamental destinado exclusivamente à produção agroecológica. Entre as características mais comemoradas dessa iniciativa estão a maior flexibilidade do uso dos recursos e o incentivo à produção a partir do fortalecimento de ações desde uma rede territorial, uma vez que o edital prevê um mínimo de três organizações produtivas (cooperativa ou associação de produtores) por proposta. O programa permite não só a compra de máquinas e equipamentos, serviços para realização de obras, mas também o pagamento de salários, deslocamentos e regularização de documentos. “Esse modelo faz muito mais sentido, porque olha o território e o sistema econômico como um todo. O Ecoforte é uma política que a gente quer muito ampliar”, avalia Londres.

A vice-presidente da Aapssé testemunha a importância do programa para o desenvolvimento da cooperativa: “Além da compra de equipamentos para a Casa de Mel e conservação das polpas de frutas, tivemos muita assessoria técnica para beneficiamento dos produtos e sem assessoria não conseguiríamos cumprir os objetivos do projeto”, conta Landislau.

Esse leque variado de finalidades contrasta com as regras estabelecidas pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que tem concentrado boa parte dos recursos disponíveis também para a agroecologia. O Pronaf é uma iniciativa de crédito em que cada subprograma negocia as garantias de pagamento que serão dadas pelo agricultor individualmente. Especificamente no subprograma de agroecologia, os financiamentos coletivos estão restritos à “construção, reforma ou ampliação de benfeitorias e instalações permanentes, máquinas, equipamentos, inclusive de irrigação, e implementos agropecuários e estruturas de armazenagem, de uso comum”, como informa a página do BNDES, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. “O problema do Pronaf é que ele não foi concebido para financiar sistemas diversificados, na lógica de sistema de abastecimento local. O agricultor vai ao banco tomar esse recurso e não consegue. Ele tem uma lógica de financiamento de atividades específicas, na forma de cadeias verticais e produção de *commodities*”, analisa Petersen.

Um estudo publicado em 2025 na Revista de Economia e Sociologia Rural por pesquisadores da Universidade Federal do Pará (UFPA) ajuda a ilustrar esses dilemas. O trabalho ‘O dendê como um sonho: agricultores familiares e rupturas com as agroindústrias de dendê no Pará’, estudou os motivos pelos quais 15 produtores que aderiram à cadeia de produção de óleo de dendê acabaram desistindo dessa produção. De forma geral, explica o artigo, os produtores são atraídos pela ideia de que terão mercado garantido, assistência técnica e acesso ao crédito facilitado – metade deles teve acesso ao crédito do Pronaf pela primeira vez ao entrar nessa cadeia de produção. “Vislumbraram manter, simultaneamente, culturas anuais, mas também de ciclo longo, além de permanecerem nas suas comunidades de pertencimento”, escrevem os pesquisadores. No entanto, com o passar do tempo, essa esperança não se confirmou e os produtores tiveram dificuldades para cumprir todas as recomendações técnicas de cultivo diante da falta de assistência técnica e recursos financeiros. Reconhecendo essas dificuldades, a terceira edição do Planapo prevê a

criação de um grupo de trabalho para requalificação das políticas de crédito rural e monitoramento, de modo a atingir projetos “relacionadas aos projetos de produção orgânica e as práticas e processos agroecológicos”, incluindo a capacitação de agentes financeiros e técnicos de ATER para melhor atender os produtores.

Universalização das chamadas

Mas as dificuldades nas concessões de crédito – e no reconhecimento do trabalho coletivo que caracteriza a agroecologia – não estão limitadas ao Pronaf. São várias as iniciativas em que, diante da quantidade de documentos e certidões que devem ser entregues para acessar determinados programas, a vice-presidente da Aapssé diz que nem sempre vale a pena ‘concorrer’ enquanto associação.

Essa dificuldade foi enfrentada, por exemplo, na inscrição da entidade no Programa de Aquisição de Alimentos, o PAA. A vice-presidente da Aapssé explica que a associação optou por inserir os produtores individualmente no programa porque a exigência de documentos é menor. Nesse caso, bastam documentos pessoais e o Cadastro de Agricultor Familiar (CAF), enquanto a inscrição como associação exige estatuto, cadastro de pessoa jurídica, certidões e algumas declarações que tornam o processo mais trabalhoso. Outro obstáculo encontrado foi com relação ao PNAE em âmbito municipal, uma vez que as compras previstas em edital eram em quantidade muito superior ao que de fato era adquirido pelo poder público. Atualmente a associação atende a duas escolas estaduais pelo programa para as quais entrega frutas, variados tipos de feijão, mandioca, hortaliças e ovos caipiras.

Mesmo em um programa como o Ecoforte, entendido como modelo de edital para a agroecologia, e redigido em forte articulação com entidades da sociedade civil, parte dos produtores ainda tem dificuldade de participar. Paulo Petersen destaca que a necessidade de simplificação do processo ainda é um gargalo e que a capacidade de se adequar ao edital só será possível para as redes mais estruturadas.

Vivian Libório afirma que a Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia do MDA está em constante diálogo com a sociedade civil e que tem feito um esforço de simplificação dos editais e realização de oficinas que ajudem a universalizar a participação dos interessados, mas entende que ainda é preciso realizar mais ações. “Após sete anos sem iniciativas voltadas para o fortalecimento das organizações da sociedade civil, entendemos que houve um processo de esvaziamento da política pública para esse segmento. E esse retrato também nos aponta horizontes para incluir cada vez mais os que estão historicamente excluídos da política pública”, conclui. ●

FORMAR PARA A AGROECOLOGIA

Instituições de ensino, movimentos sociais e políticas governamentais investem em cursos e metodologias que promovam outra concepção de campo

CÁTIA GUIMARÃES

IFPA

Aulas práticas no *campus* Rural Marabá do IFPA enfocam agroecologia



De acordo com o verbete de Ceres Hadich e Gilmar Andrade, no *Dicionário de Agroecologia e Educação*: “(...) foi um processo lento, não só de mudança técnica, mas sobretudo econômica e também cultural que impulsionou transformações na agricultura, associadas a um pacote tecnológico (fertilizantes, sementes, agrotóxicos e máquinas, fármacos, rações, instalações, matrizes e reprodutores animais), que induziu a especialização produtiva (monocultivos e confinamentos e criação extensiva de animais) em grandes extensões de terra, com objetivo de exportação de matéria-prima. A agricultura foi subordinada à indústria e assumiu sua lógica na produção agropecuária, constituindo o que se denomina complexo agroindustrial”.

“Hoje nós temos um avanço na discussão que incorpora a agroecologia não apenas na matriz formativa, mas como concepção, como um projeto de campo, articulado a um projeto de sociedade”. A frase é de Gilmar Andrade, professor da Escola Família Agrícola do Sertão da Bahia (Efase), referindo-se ao projeto político-pedagógico dessas instituições de ensino que há mais de 50 anos atuam no Brasil rural. Mas a mesma conclusão poderia ser aplicada à análise mais ampla sobre o lugar que a agroecologia vem ocupando na formação da população do campo em geral. De acordo com um mapeamento feito por Romier Sousa, professor do *campus* Castanhal do Instituto Federal do Pará (IFPA), o Brasil tem hoje 43 cursos superiores ativos de agroecologia, sendo 33 de técnico e dez bacharelados, distribuídos em 20 estados, além de 13 pós-graduações. Já segundo o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, que teve sua última versão atualizada em 2020, 243 instituições do país oferecem formação técnica nessa área, embora não necessariamente todos estejam com turmas abertas ou em andamento. Isso sem contar as experiências em que o debate sobre a agroecologia está presente de forma transversal e estruturante também no currículo de outros cursos. Certamente ainda há muito o que se caminhar, mas há avanços, que são resultados de décadas de lutas e disputas pela concepção e prática da educação no campo, num processo que atravessa diferentes fases da história mais recente do país.

Da carência ao pacote da Revolução Verde

“Praticamente não tinha escola no campo”. Até meados do século passado, esse era o retrato da zona rural brasileira, nas palavras de Romier Sousa. “E as poucas que havia formavam o sujeito para sair do campo e ir para a cidade”, completa o professor. De fato, o êxodo rural – que entre 1960 e 1980 fez cerca de 27 milhões de brasileiros migrarem para áreas urbanas –, não cessaria tão cedo, mas já nos anos 1950, o cenário da formação no campo começaria a mudar. Mundialmente, fortalecia-se naquele momento um modelo de mecanização do campo que prometia mais produtividade e progresso a partir da aplicação de um verdadeiro ‘pacote tecnológico’ que envolvia o uso de sementes melhoradas, adubos químicos e, principalmente, agrotóxicos. Era a **Revolução Verde**. “Havia uma campanha no Brasil de que o nosso campo era extremamente atrasado, que os agricultores familiares viviam num processo de baixíssima produtividade agrícola e, conseqüentemente, baixa tecnologia e que havia necessidade de modernizar esse campo para que ele pudesse produzir alimentos em quantidade suficiente para alimentar toda a população e exportar seus excedentes”, explica Sousa, que ilustra: “Para que um milho híbrido chegasse ao seu potencial máximo de produtividade, por exemplo, ele precisaria ser adubado quimicamente. E obviamente que plantar um milho de monocultura em uma larga escala geraria ataque de pragas e doenças, então você precisaria usar agrotóxicos para combater”.

O fato é que para garantir a disseminação desse 'pacote' mundo a fora, era preciso ensinar os agricultores a aplicar essas técnicas e lidar com esses insumos. "Há toda uma estratégia norte-americana de formação de sujeitos que possam trabalhar com esse modelo", resume Sousa. E a verdade é que essas inovações tiveram forte adesão. O resultado foi uma mudança profunda também na educação dessas áreas rurais, que envolveu principalmente a formação profissional, tanto de nível médio quanto superior. "A Revolução Verde conseguiu um certo sucesso na disseminação dessas tecnologias. Nós estamos em 2025, com todos os cientistas do mundo preocupados com as mudanças climáticas, e, ainda hoje, existem currículos de faculdade de agronomia e de escolas agrotécnicas extremamente tecnicistas, parecidos com o que existia nas décadas de 1970 e 80", critica Sousa, ressaltando o poder de influência das grandes empresas que controlam o mercado de insumos dos quais esse novo modelo de produção agrícola é dependente.

Movimentos sociais do campo reagem

Passada a adesão, houve também reação. Ao longo dos anos 1980, multiplica-se o debate sobre uma "agricultura alternativa", que fugisse desse modelo importado, resultando em diversos encontros sobre o tema promovidos por organizações de profissionais e estudantes de agronomia, professores universitários, técnicos, agricultores e movimentos sociais do campo. Foi só na década seguinte, no entanto, que as críticas ao modelo de produção agrícola e à concepção de educação que prevalecia nas áreas rurais se encontraram de forma mais orgânica. "Nos anos 1990, a partir principalmente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra [MST], começa-se a provocar cientistas, universidades e o governo sobre a necessidade de se pensar uma outra educação, porque aquela baseada na Revolução Verde mudava toda a lógica de produção e criava a dependência dos assentamentos em relação às indústrias, aos grandes empreendimentos do agronegócio", conta Sousa. Um importante marco desse contexto foi o 1º Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária, realizado em 1997, em Brasília. Entre os 14 pontos do Manifesto construído no evento, estão a defesa de que haja escolas públicas em todos os assentamentos e acampamentos da Reforma Agrária, com participação da comunidade na gestão, e uma "identidade própria das escolas do meio rural, com um projeto político-pedagógico que fortaleça novas formas de desenvolvimento do campo, baseadas na justiça social, na cooperação agrícola, no respeito ao meio ambiente e na valorização da cultura camponesa".

Alguns termos eram novos. E a mobilização social em torno do tema também. Mas a mudança que se pretendia instituir não era propriamente inédita: afinal, uma prática educativa muito próxima do que se demandava naquele momento já era realidade nas Escolas Família Agrícolas (EFAs), um modelo de instituição formativa rural que chegou ao Brasil no final da década de 1960, originalmente como uma iniciativa de setores progressistas da igreja católica, principalmente aqueles ligados à Teologia da Libertação. "A experiência [de uma outra prática pedagógica, voltada para uma agricultura alternativa] existia e era referência nos territórios [em que atuava], mas isso não tinha uma expressão nacional sistematizada", afirma Gilmar Andrade.

Pois foi desse esforço de sistematização, em meio a todo esse caldo de debate e mobilização social que se intensifica com o fim da ditadura, que surgiria, como uma 'bandeira' de educadores e movimentos sociais, a concepção de **Educação do Campo**, que a diretora do *campus* Rural Ma-

rabá do IFPA, Maria Suely Gomes, resume como "uma educação construída com as populações do campo, que pense um currículo a partir da realidade do campo, que pense um projeto de sociedade a partir da agricultura familiar e da agroecologia, contrapondo-se ao agronegócio".

O local e o global, ontem e hoje

Foi exatamente nesse contexto de afirmação da importância de uma Educação do Campo (e não apenas no campo) que nasceu a instituição que Gomes dirige, que tem desenvolvido experiências interessantes de formação em agroecologia na região Norte. De acordo com a diretora, sua criação, em 2007, é resultado direto das demandas e lutas dos movimentos sociais do campo, em sintonia com a mobilização em torno dessa pauta, que acontecia em vários cantos do país. "Não podemos pensar este *campus* desligado do movimento maior da Educação do Campo", diz, explicando que naquele final da década de 1990, principalmente o MST e a Fetag [Federação dos Trabalhadores na Agricultura] identificaram a necessidade de se ter técnicos de agropecuária na região e, buscando garantir que essa formação atendesse aos interesses dos camponeses, passaram dez anos lutando junto ao governo federal para construir a escola agrotécnica que depois viria a se tornar Instituto Federal. E a prova maior da prioridade desse projeto é que, como não tinha lugar para se construir a escola, o IF foi instalado numa área de 354 hectares que pertencia a um assentamento da Reforma Agrária e foi doada ao governo federal por iniciativa do MST.

Hoje essa unidade do IFPA oferece dez cursos, construídos por demanda e em diálogo com os movimentos sociais locais, inclusive aqueles que representam as populações indígenas. Uma dessas formações, inclusive, elaborada a pedido desses movimentos, é o técnico em agroecologia integrado à Educação de Jovens e Adultos (Proeja), voltado para os Parakanãs-povo Awaeté, que já foi oferecido anteriormente para outro povo indígena, os Mundukuru. O Instituto oferece ainda o tecnólogo – que é de nível superior – em agroecologia e uma licenciatura em Educação do Campo.

Naquele longínquo final dos anos 2000, no entanto, a criação da escola não garantiu orçamento imediato para a oferta de cursos. Por isso, a primeira formação oferecida no que hoje é o *campus* Marabá Rural foi financiada com recursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, o Prone-ra, outra conquista da luta do movimento por uma Educação do Campo. "O Prone-ra é a primeira política pública do Estado brasileiro que motiva a criação de cursos profissionais em agroecologia", diz Romier Sousa.

De acordo com o verbete de Roseli Caldart, no Dicionário de Agroecologia e Educação: "Educação do campo é o nome que, na atualidade, identifica e reúne diferentes lutas feitas pelo povo que vive e trabalha no campo para garantir seu acesso à educação pública. (...) é uma forma associativa de lutas coletivas cujo foco é a educação, mas que não se aparta de outras lutas pela vida que a precedem ou completam: terra, trabalho, cultura, alimento, saúde, participação política".



IFPA

Pronera: a luta cria política pública

Criado em 1998, de certa forma como resposta à mobilização que se seguiu ao **Massacre de Eldorado dos Carajás**, o Pronera é voltado para assentados e acampados cadastrados pelo Incra, quilombolas reconhecidos pelo mesmo instituto e assentados do crédito fundiário, que é uma política do Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). E, na origem, o Programa nem tinha o objetivo direto de promover um modelo alternativo de produção para o campo brasileiro. “O Pronera surge da necessidade de escolarização da população acampada e assentada na segunda metade dos anos 1990, começo de 2000”, conta a gestora nacional do programa, Clarice dos Santos, explicando que, por isso, o foco naquele período eram os cursos de Educação de Jovens e Adultos. Daí até 2010, segundo ela, torna-se fundamental a formação de professores para as escolas dos assentamentos, o que gerou maior investimento em cursos de pedagogia e licenciatura. “Você tem um povo já escolarizado, com nível médio, já se começa a construir escolas e a luta pelas escolas está associada a essa necessidade de formação de educadores”, diz. O momento seguinte, de acordo com Santos, foi de intensificação da demanda por formações, de nível médio, superior ou mesmo de pós-graduação, voltadas para um “outro paradigma de produção agrícola”. “Então começam os cursos de agroecologia e agrofloresta”, conta.

Ao longo dos seus 27 anos de existência, o Pronera financiou muitos cursos diferentes que, embora não necessariamente formem na área específica de agroecologia, por serem desenvolvidos a partir da demanda e iniciativa dos movimentos sociais, em geral estão voltados para o debate de outras alternativas para o campo brasileiro. Clarice Santos explica que, neste momento, além de reestruturar o programa, que, segundo ela foi profundamente enfraquecido durante o governo anterior, uma das prioridades é a promoção de cursos que respondam ao desafio das mudanças climáticas. E a agroecologia é parte essencial nesse debate. “Mais do que nunca, temos a necessidade de um novo projeto em relação a essas tragédias e emergências que o Brasil está vivendo, e que, na nossa concepção, são em grande parte provocadas por esse modelo devastador e desmatador, que expulsa populações das suas áreas, que é contra os povos indígenas e contra a natureza como um todo”, diz. Outra prioridade para esse período, segundo a gestora, é o incentivo a formações na área da saúde, tendo como referência tanto o aprendizado a partir da recente pandemia de covid-19 quanto o amadurecimento da compreensão dos movimentos sociais sobre a “profunda implicação que existe entre alimento e saúde”. “Estamos falando de um outro projeto de agricultura, uma forma de produzir comida saudável, comida de verdade, e isso necessariamente

Episódio em que 21 trabalhadores sem-terra que faziam um protesto numa estrada do sul do Pará foram assassinados pela polícia, em 17 de abril de 1996.

tem a ver com a saúde”, argumenta. Um dos projetos futuros do Programa, de acordo com Santos, é, inclusive, fomentar a formação de agentes comunitários de saúde (ACS) para as comunidades rurais, visando tanto contribuir para a promoção da saúde dessas localidades quanto criar oportunidade de trabalho para cerca de 700 mil jovens que, segundo ela, hoje vivem em assentamentos no país. Neste momento, 42 cursos têm financiamento aprovado pelo Pronera – entre eles quatro diretamente de agroecologia e um de agropecuária com ênfase em agroecologia –, ofertados por 26 instituições de ensino, entre elas quatro Institutos Federais e a EPSJV/Fiocruz.

Como educar para a agroecologia?

No campo educacional, a agroecologia é uma área de formação que pode se expressar em cursos técnicos, tecnológicos, de graduação e pós-graduação. De acordo com o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CTNC), a formação de nível médio em agroecologia, que integra o eixo de ‘recursos naturais’, deve ter pelo menos 1,2 mil horas. Das mais de 240 instituições que ofertam esse curso, segundo a relação fornecida pelo CNCT, apenas 14 são privadas, das quais dez são comunitárias, no modelo das Escolas Famílias Agrícolas ou Casas Agrícolas, e uma integra o Sistema S, pelo Serviço Nacional do Comércio, Senac de gestão empresarial. Já o curso superior de tecnologia precisa ter no mínimo 2,4 mil horas – nesse caso, o Catálogo não informa a lista de instituições ofertantes. Em relação ao mundo do trabalho, tramita na Câmara desde 2019 o Projeto de Lei nº 3.710, de autoria da deputada Margarida Salomão (PT-MG), que propõe a regulamentação do exercício da profissão de agroecólogo àqueles que fizerem essa formação em nível superior. No momento em que esta reportagem foi finalizada, o texto tinha sido entregue para avaliação da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Mas o enfoque na agroecologia não precisa estar restrito a um curso específico: como eixo estruturante, pode atravessar diferentes formações, influenciando tanto o conteúdo curricular quanto o método e as atividades práticas. O curso técnico de meio ambiente com ênfase em saúde do campo desenvolvido em territórios da Reforma Agrária do Ceará e Paraná pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) da Fiocruz em cooperação com o MST, entre 2012 e 2013, é um dos muitos exemplos desse esforço – que foi, inclusive, sistematizado e publicado numa coleção de livros com o objetivo de contribuir para o trabalho de outras instituições formativas e movimentos sociais que queiram atuar nessa área. No desenho curricular da habilitação técnica, a agroecologia era uma disciplina de 80 horas. Mas, de acordo com um dos coordenadores do curso, André Burigo, a perspectiva agroecológica atravessou toda a formação. “Numa outra disciplina que abordava a ‘habitação saudável e saneamento ecológico’, nós trouxemos a permacultura [planejamento baseado em soluções mais sustentáveis] como um elemento para dialogar com a engenharia sanitária que se discute na saúde pública. A ideia era discutir o planejamento entendendo a moradia como o centro dos agroecossistemas”, exemplifica, ressaltando que, nesse caso, de um curso oferecido por uma instituição de saúde, existia ainda o desafio de articular essas áreas. “A gente trabalhou todo o processo de diagnóstico das condições de vida e de situação de saúde dos assentamentos discutindo os

Conjunto de publicações sistematiza experiência em Curso Técnico em Meio Ambiente



agroecossistemas e fazendo o debate sobre o uso de agrotóxicos e as estratégias de transição agroecológica, muitas delas já existentes nos assentamentos e acampamentos. Um dos estágios do curso foi um mergulho de 15 dias no SUS [Sistema Único de Saúde], por dentro de uma rede assistencial complexa e o outro foi na Assistência Técnica de Extensão Rural, para que os educandos tivessem uma formação forte em agroecologia indissociada do aprendizado sobre a saúde”, conta, lembrando que em 2024 a Fiocruz completou duas décadas de “cooperação técnico-político-pedagógica com o MST”. Com essa experiência amadurecida, a instituição hoje desenvolve vários cursos, de diferentes níveis de formação, que tematizam a questão da agroecologia e são desenvolvidos em parceria tanto com organizações da sociedade civil quanto com equipamentos do SUS, como parte do reconhecimento da importância da agroecologia para a área da saúde (leia mais na pág. 2). Um exemplo, nesse caso, é o curso de aperfeiçoamento em Hortos Agroflorestais Medicinais Biodinâmicos, que a Fiocruz Brasília desenvolve junto à secretaria de saúde do Distrito Federal, buscando fortalecer experiências agroecológicas em unidades do SUS. Assim, a instituição tem priorizado a perspectiva da agroecologia em formações voltadas para variados temas, como o uso de plantas medicinais na atenção básica e as boas práticas de cozinhas solidárias promotoras de saúde – ambos realizados também pela EPSJV/Fiocruz –, o que não impede de oferecer, por exemplo, um curso específico de agroecologia voltado para os seus trabalhadores – uma iniciativa do projeto Terrapia, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP). “O acúmulo desse trabalho que a Fiocruz vem desenvolvendo com movimentos sociais do campo e, mais recentemente, também com movimentos que atuam com agroecologia em comunidades urbanas e povos tradicionais oxigena o nosso próprio processo de formulação sobre o SUS como um todo, ajudando a pensar e fortalecer políticas públicas de forma intersetorial”, analisa Burigo, que hoje participa de um esforço de sistematização das experiências da instituição que envolvem a agroecologia.

Também o *campus* Rural Marabá do IFPA prevê, tanto no seu Projeto Político-Pedagógico (PPP) quanto nos projetos dos cursos em geral, conteúdos e uma abordagem próxima da agroecologia, ancorada principalmente, segundo Maria Suely Gomes, nos princípios da produção de alimentos saudáveis, da biodiversidade e da soberania alimentar. A escola tem professores de agroecologia que, embora se dediquem mais às formações específicas, atuam também nos outros cursos, e conta com um Núcleo de Agroecologia que se ocupa, especialmente, das atividades práticas dos estudantes. “Falando assim, fica parecendo que é tudo maravilhoso”, brinca a diretora, apontando a existência de problemas que expressam as contradições ainda presentes na realidade do campo. “Tem profissionais que defendem o agronegócio”, exemplifica. Mas ela garante que toda a parte prática da formação que é estruturada dentro do *campus* é voltada

para a agricultura familiar e agroecológica, permitindo que os professores trabalhem com os estudantes em diferentes “sistemas agroflorestais”, que envolvem desde a criação de animais – suínos, caprinos, aves e abelhas – até uma reserva de mata.

Gilmar Andrade também alerta que, no caso das Escolas Família Agrícolas, apesar do pioneirismo na promoção de um projeto alternativo de campo, seria um “equivoco” afirmar que todas as cerca de 250 instituições desse tipo que existem hoje no Brasil têm agroecologia na sua matriz curricular. “Há EFAs [cujos currículos] ainda não romperam com a Revolução Verde”, lamenta. Mas, referindo-se especificamente à experiência da Bahia, ele ressalta que está muito destacado para essas escolas o seu papel de “fazer o enfrentamento do agronegócio e construir a agroecologia”. “Isso passa os componentes curriculares, as práticas e o desenvolvimento das atividades dentro das escolas, apesar de, às vezes, nos projetos pedagógicos ainda não estar explícita a dimensão da agroecologia”, diz.

As Escolas Família Agrícolas são instituições comunitárias, formalmente privadas e, embora muitas ainda sejam ligadas à igreja, nos tempos mais recentes várias foram criadas a partir da demanda e iniciativa dos movimentos sociais. Oferecem toda a educação básica e, nos cursos técnicos, priorizam a modalidade integrada com o ensino médio. Por definição legal, qualquer estudante pode estudar nessas escolas, mas seu objetivo é acolher educandos indicados por movimentos sociais, sejam os próprios militantes ou seus filhos. Por isso, independentemente da forma de ingresso, todos os alunos precisam se articular com alguma entidade local, na qual ele deverá desenvolver algumas atividades do tempo comunidade – isso porque, coerente com os princípios da

Educação do Campo e o respeito às especificidades da população rural, todos os cursos da Escola seguem a Pedagogia da Alternância, uma metodologia em que a formação se divide entre momentos na instituição de ensino e atividades, também educativas, no território em que o educando vive. Em dezembro de 2023, a Lei 14.767 incluiu a pedagogia da alternância como possibilidade no texto da LDB, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Tanto quanto no aprendizado direto da prática de cultivos, essa forma de organização do trabalho pedagógico a partir dos espaços coletivos e engajada com a realidade da comunidade tem tudo a ver com o projeto de campo e de sociedade da agroecologia. “A gente tem desde o projeto, por exemplo, que busca fazer processo de geração de emprego e renda no campo da economia solidária, a formação de associações cooperativas a partir dos princípios da economia solidária, desenvolvimento de grupos produtivos para trabalhar a partir da potencialidade do próprio bioma”, ilustra. Andrade, que tem orgulho em destacar a capacidade de formação de lideranças da instituição, garantindo que, entre cooperativas, sindicatos, partidos políticos e outros movimentos sociais, “não existe uma organização que não tenha um egresso” seu. ●

EFASE

Educandos da Efase aprendem sobre suinocultura





SE A GENTE QUER CONSTRUIR TERRITÓRIOS LIVRES DE TRANSGÊNICOS E AGROTÓXICOS, NÓS TAMBÉM QUEREMOS TERRITÓRIOS LIVRES DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES”

Miriam Nobre

Violência, dupla jornada, desvalorização do trabalho, falta de acesso a políticas de apoio ao cuidado, silêncios. A esses problemas, que afetam a maioria das mulheres, acrescentem-se dificuldades extras, como a disputa pela terra, a exposição à contaminação por venenos e a exclusão dos padrões de beleza impostos pela sociedade patriarcal: eis um retrato mais completo das condições de opressão que atingem as mulheres camponesas no Brasil. A resposta a esse cenário vem sendo produzida com uma crescente organização coletiva, que há décadas tem conquistado espaço no interior dos movimentos sociais rurais e incidido sobre as formas de vida no campo e sobre as políticas públicas. Nesta entrevista, a engenheira agrônoma Miriam Nobre, militante da Sempre Viva Organização Feminista (SOF) e da Marcha Mundial das Mulheres e integrante do Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), dá exemplos de reflexões e pautas que têm orientado a concepção de um “feminismo camponês popular”, destaca a luta das mulheres para terem seus conhecimentos e suas práticas de agricultoras reconhecidas e fala sobre a relação das mulheres com a agroecologia.

CÁTIA GUIMARÃES

VÁRIOS MOVIMENTOS CAMPONESES TÊM CRIADO ESPAÇOS PARA O DEBATE E A ORGANIZAÇÃO ESPECÍFICA DAS MULHERES MILITANTES DO CAMPO. A QUE SE DEVEM ESSAS INICIATIVAS E POR QUE ELAS TÊM SE MOSTRADO NECESSÁRIAS?

[Essas iniciativas] não são recentes. Eu acho que são constitutivas da própria organização dos movimentos. O movimento de mulheres agricultoras iniciou com muita força nos anos 1980, atuando inclusive na Constituinte para que os direitos das mulheres rurais fossem considerados. As mulheres agricultoras inventaram a previdência para o sistema de seguridade social para o campo, porque já identificavam a lacuna que existia por ele ser estruturado pensando nos trabalhadores assalariados, com carteira assinada, e não dar conta da realidade no campo. Desde a construção do Movimento Sem Terra se teve a preocupação de ter a ciranda, que existe para o cuidado das crianças e tem uma perspectiva de envolver a família toda no movimento, mas também tem um impacto muito grande em garantir a participação das mulheres. O que eu quero dizer é que as mulheres agricultoras que estão na base desses movimentos estão na luta há muitos anos. E foram se constituindo para colocar a sua pauta, que não era só uma questão de ter representação das mulheres. No início da Via Campesina, que é a organização internacional da qual vários movimentos fazem parte, essa questão também estava colocada. Em meados dos anos 2000, houve a decisão de que nos processos

internacionais a representação deveria ser paritária. O que foi um pouco posterior foi a chegada das mulheres ao setor de produção dos movimentos. E eu acho que, quando aconteceu, isso foi bastante coincidente com a afirmação da agroecologia como constitutiva desse caminho camponês. Nesse processo inicial de organização das mulheres, tinha muito a questão de elas próprias se identificarem como agricultoras. Até hoje as mulheres rurais chegam ao posto de saúde e a pessoa que está fazendo a ficha nem pergunta qual a profissão delas e já coloca: ‘do lar’. A luta para que as mulheres sejam reconhecidas na sua profissão de agricultora é constitutiva desde o início dessa articulação nacional. A questão é que ser agricultora era reconhecer as atividades que as mulheres já faziam nas suas unidades de produção e que não eram consideradas como agricultura justamente porque não estavam colocadas para fora. Muitas vezes suas atividades de agricultoras se davam onde elas tinham mais domínio, mais propriedade, mais possibilidade de decisão, que é na produção ao redor da casa, no quintal, na horta, no pomar, na criação de pequenos animais. Mas isso estava invisível para o mundo externo e para o interno também. O que muitas vezes acontecia era que o setor de produção [dos movimentos sociais] se estruturava na ideia de melhorar as condições de comercialização e o acesso a tecnologias para incrementar a produção. Foi a chegada das mulheres a esses setores que, do meu ponto de vista, complexificou a própria visão

de produção dos movimentos sociais, ampliando esses espaços [para incluir] a produção para o autoconsumo. No âmbito dos movimentos que fazem parte da Via Campesina, isso também vai se juntando [ao esforço em torno da] conceituação do princípio da soberania alimentar, a ideia de que os países e as comunidades podem decidir como se alimentar e suas formas da produção. Porque quando pensa em soberania alimentar, você está pensando na política internacional, na política nacional, mas também no próprio território.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO TÊM UTILIZADO O CONCEITO DE “FEMINISMO CAMPONÊS POPULAR”. O QUE ISSO SIGNIFICA? POR QUE É PRECISO ADJETIVAR O FEMINISMO PARA DAR CONTA DA REALIDADE DO CAMPO?

Eu posso dar a minha opinião, mas acho que essas mulheres têm uma propriedade muito maior para contar a história do ponto de vista delas. Essa ideia de adjetivar o feminismo, na verdade, tem o sentido de ampliar o feminismo, mostrando a diversidade dos sujeitos que o compõem. E coloca o desafio estratégico de se ver, a partir de tudo isso, como é que se consegue permanentemente ir reconstruindo as unidades que dão conta dessa diversidade toda. Eu me lembro de ter bastante conversas com as mulheres da Via Campesina sobre a ideia de feminismo e, num primeiro momento, elas terem reticência a isso. O feminismo parecia uma ideia construída a partir da experiência das mulheres urbanas. Eu me lembro de uma conversa em que elas reivindicavam, por exemplo, não só o processo do plantio mas também da preparação do alimento, a cozinha, enquanto, a partir da crítica da divisão sexual do trabalho, o feminismo questionava muito essa ideia de responsabilização das mulheres unicamente pelo cuidado da família, da casa e da alimentação. Essa conversa levou à reflexão sobre outras coisas. Por exemplo, sobre como o fato de as mulheres terem tido essa experiência [da preparação do alimento, do cuidado...] – não porque é um dom da natureza, mas porque, culturalmente, foram responsabilizadas por essa tarefa –, fez com que elas tivessem um conhecimento muito grande sobre isso. E a gente tem que reivindicar esse conhecimento. Então, como é que a gente faz para não responsabilizar as mulheres que não vivem isso como uma obrigação ou uma sobrecarga? Eu estou contando essa história para dar o exemplo de como, a partir da experiência dessas mulheres de reivindicar a cozinha como um lugar de criação e de expressão, onde elas queriam ficar mais – e não menos – tempo, a gente foi problematizando a forma como o sistema alimentar acontece em nossas sociedades, fugindo de respostas fáceis. Como é que o capital responde a essas coisas? Terceirizando [o trabalho doméstico e do cuidado] para outras mulheres contratadas, ou para dentro da família, para aquelas que estão numa posição mais fragilizada. Ou com alimentos ultraprocessados. Como é que a gente foge disso? Nesse processo, refletindo juntas, elas entenderam, por exemplo, que a

vertente feminista socialista tinha muito a contribuir e dialogar com elas, que era uma vertente que passava pela experiência de construção de um sujeito político das mulheres trabalhadoras que querem a superação do sistema capitalista, que veem como o capitalismo e o patriarcado estão interrelacionados, um alimentando o outro, junto também à questão racial e ao colonialismo. Então, não é adjetivar simplesmente no sentido de criar várias correntes [do feminismo] mas de ter um processo político em termos de organização, reflexão e elaboração, de construir o que são as bases que identificam essa experiência que elas têm hoje e que elas querem, o devir. Para essas mulheres, foi importante isso se constituir como uma corrente, com um nome, como uma teoria que se elabora a partir dos próprios sujeitos.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS PAUTAS DESSE FEMINISMO CAMPONÊS POPULAR?

Uma questão importante que elas colocaram foi essa ideia de alimentação saudável. Colocam também a crítica à forma como o Estado desenvolve uma política que impõe os agrotóxicos como condição para evitar desequilíbrios vários que se dão pelo próprio modelo da monocultura. Outra coisa que eu acho bem importante que elas pautaram dentro da Via Campesina foi a defesa das sementes crioulas (leia mais na pág. 4). Começaram falando em ‘sementes, patrimônio da humanidade’. Mas aí chegaram em algum evento internacional em que as empresas falaram: ‘bom, então, se é da humanidade, nós também somos a humanidade’. Aí elas fizeram a formulação das ‘sementes, patrimônio dos povos a serviço da humanidade’, ressaltando que esse processo de seleção, escolha, guarda e troca das sementes é cuidado pelos povos e em muitos povos são as mulheres que têm essa responsabilidade. A outra questão é pensar plenamente as mulheres como sujeitos. Se a gente quer

construir territórios livres de transgênicos e agrotóxicos, nós também queremos territórios livres de violência contra as mulheres. Essa é outra questão que elas pautam: como essas relações patriarcais, na sua manifestação extrema, que é a violência psicológica, física e patrimonial contra as mulheres, não faz sentido numa ideia de sociedade que a gente quer construir e que resgata valores camponeses mas também transforma o sentido de pensar os sujeitos em sua plenitude. E isso também tem consequências práticas porque as políticas em relação à violência contra as mulheres foram muito pensadas numa estrutura de serviços de delegacia que acontece em um espaço urbano. Tem que pensar isso no espaço rural. Eu me lembro da Adriana Mezzadri, do MMC [Movimento de Mulheres Camponesas], falando sobre como elas estavam observando uma mudança no padrão de crueldade de como a violência acontece. Aproximando da ideia de luta feminista de que a [antropóloga Rita] Segato fala, de [entender] o controle sobre os territórios expresso no controle sobre o corpo das mulheres, a crueldade não é gratuita, tem um sentido de marcar o poder sobre aquele espaço, naturalizando o corpo das mulheres como parte daquele território. E eu acho que tem no campo da saúde também uma reflexão sobre as plantas medicinais, que coloca em xeque a questão da apropriação dos conhecimentos de plantio, manejo e extração das plantas medicinais pelas companhias transnacionais, que é coisa da biopirataria. E isso traz também o debate de que essa seja uma política pública, incorporada no SUS [Sistema Único de Saúde] e que se crie a possibilidade de compra direta [das agricultoras e agricultores] – tipo um PAA [Programa de Aquisição de Alimentos] de plantas medicinais. Mas há também o vínculo das agricultoras que estão produzindo aquelas plantas com o atendimento na saúde pensando num processo de cura que seja de reconexão com a natureza.



AS MULHERES RURAIS, AS MULHERES CAMPONESAS, DE COMUNIDADES TRADICIONAIS TÊM ESSA PERCEPÇÃO DE QUE **O JEITO DE DAR CONTA DA VIDA É ESTANDO EM COLETIVO**

SÃO CONHECIDAS AS OPRESSÕES QUE RECAEM SOBRE AS MULHERES, ENVOLVENDO VIOLÊNCIA, JORNADAS DUPLAS OU TRIPLAS, RESPONSABILIDADE SOBRE O CUIDADO COM OS FILHOS E A FAMÍLIA, DESVALORIZAÇÃO NO TRABALHO E SILENCIAMENTOS, ENTRE OUTROS. EXISTEM DIFERENÇAS E ESPECIFICIDADES DESSAS EXPRESSÕES DO PATRIARCADO NA REALIDADE DO CAMPO NO BRASIL?

Uma grande questão é o acesso à terra. Antigamente, na pontuação das famílias acampadas [à espera de assentamentos da Reforma Agrária], homens contavam mais pontos que mulheres. Então, teve toda uma batalha para igualar as pontuações. Depois, [a luta foi] para que o título [de assentamento] saísse no nome do casal e não do homem, também no nome do casal homoafetivo, e para que, nos casos de separação, a terra ficasse com quem ficasse com os filhos – mas aí depois a gente teve toda uma batalha porque, muitas vezes, os homens reivindicavam ficar com os filhos para poder ficar com a terra. Além disso, mesmo dentro de cada unidade de produção, muitas vezes as mulheres ficam com áreas menores ou marginais. E a gente percebe isso mais em relação às mulheres jovens. É importante pensar essa possibilidade de as mulheres jovens irem experimentando ser agricultoras. Porque, no começo, as crianças estão envolvidas com as atividades em geral, mas

aí vai tendo uma divisão, em que as meninas vão cuidar dos irmãos menores e das atividades da casa, e os meninos começam a fazer seus experimentos [com a terra], vão começando a ser agricultores. As meninas que querem ser agricultoras têm que ter um caráter muito forte porque enfrentam muitas dificuldades. Outra coisa que elas colocam é a imposição de padrões de beleza, que, no geral, são de mulheres que não trabalham. Porque, como agricultora, meu corpo vai se desenvolvendo de uma determinada maneira: o tamanho da minha mão, o tamanho da minha perna, essas coisas me constituem como agricultora e estão fora do padrão de beleza imposto pelo patriarcado. Reivindicar a beleza do corpo que trabalha é parte da luta das mulheres camponesas, mas também das empregadas domésticas e de muitas trabalhadoras.

O assunto da violência tem características diferentes. O seu sustento ali [no campo] é feito junto à família, então, você fica mais capturada pela dinâmica familiar. Eu vejo muitas mulheres que estão numa relação ruim e não conseguem sair porque pensam em tudo que investiram de energia de vida para constituir aquele sítio, aquele espaço. É uma separação que não é só conjugal, é uma mudança do modo de vida. Além disso, os assentamentos podem ter dinâmicas diferentes, mas muitas comunidades ainda tratam muito mal mulheres sozinhas. A gente foi uma vez num mutirão de mulheres ao sítio de uma mulher que era sozinha e ela falou sobre a dificuldade que tinha para contratar trabalhador. Ela participava de uma organização mista e contou que quando um mutirão da organização foi lá, ela não conseguiu que os homens plantassem do jeito que ela gostaria... E ela ficou muito impressionada de ver como o mutirão de mulheres funcionou para fazer o que ela estava querendo, tinha respeito pela vontade dela sobre o que fazer naquela terra. Ainda existe um machismo muito grande, de não confiar na habilidade das mulheres como agricultoras e desqualificar suas iniciativas. Por isso a importância dessa

organização coletiva. A coisa boa disso é que, no campo, eu vejo as mulheres muito mais organizadas coletivamente, no político, mas também na sua família, em relações de parentesco, do que na cidade. Veja a Marcha das Margaridas: a maior manifestação que a gente tem no Brasil, que envolve um processo organizativo de muito tempo e muita dedicação. As mulheres rurais, as mulheres camponesas, de comunidades tradicionais têm essa percepção de que o jeito de dar conta da vida é estando em coletivo, em coletivo de mulheres. E a gente consegue que esses coletivos sejam organizações políticas, que incidam na conjuntura, que construam política pública, que modifiquem o jeito como a sociedade funciona.

A VIOLÊNCIA NO CAMPO CRESCERAM NOS ÚLTIMOS ANOS NO BRASIL. O ÚLTIMO RELATÓRIO DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA MOSTRA UM AUMENTO DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO CAMPO DE 2022 PARA 2023. E, SEGUNDO O ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 1,9% DOS FEMINICÍDIOS E 3,3% DE OUTROS CRIMES VIOLENTOS (INCLUSIVE 3,2% DOS ESTUPROS) CONTRA MULHERES ACONTECERAM NA ÁREA RURAL. QUAL O DESAFIO DOS MOVIMENTOS DE MULHERES EM RELAÇÃO A ESSA REALIDADE?

Tem uma coisa que a gente já vem percebendo há alguns anos que é a utilização da violência contra as mulheres como uma forma de quebrar a unidade e a coragem da comunidade que está em resistência. No ano passado, teve o assassinato da mãe Bernadette e daquela Pajé da Bahia [Maria de Fátima Muniz, conhecida como Nega Pataxó]... O assassinato de mulheres que têm esse lugar de cuidado do conjunto da comunidade é uma forma de desestruturar a comunidade. Tem também o uso da violência contra as mulheres para desmoralizar os homens. É essa ideia patriarcal de que as mulheres pertencem aos homens e, então, num conflito, uma forma de desmoralizá-los é destruir as mulheres que são vistas como extensão deles próprios. Muitas vezes a violência é política – porque as mulheres estão identificadas pelo seu papel político –, mas é ‘vendida’ como se fosse violência doméstica, passional. Mas tem também a violência patriarcal familiar. E isso eu acho que tem a ver com o aumento do conservadorismo na nossa sociedade, essa ideia da família tradicional, do papel do homem e da mulher, do que as mulheres têm que cumprir, da maternidade colocada como destino. Todas essas ideias se tornaram tão hegemônicas que vão entrando também nos setores populares e de esquerda. Eu vejo a manifestação [desse conservadorismo] em lideranças, pessoas que você não esperava que tivessem essas ideias de comportamento, de posse, de controle, o chamado ciúme. Ciúme, na verdade, é a ideia de que aquela pessoa pertence a mim, eu decido como ela tem que se comportar, o que ela tem que fazer, como ela tem que se envolver e, se ela não corresponde a isso, eu posso agredi-la. Essas ideias conservadoras vão permeando inclusive as nossas organizações, por isso é preciso combatê-las dentro do nosso campo. Não adianta só falar da violência quando ela acontece, a violência é tipo uma manifestação extrema, um sintoma de um adocimento muito maior. A gente tem que cuidar, tem que pensar sobre isso.

COMO AS MULHERES CONTRIBUEM PARA A CONSTRUÇÃO DA AGROECOLOGIA E COMO A AGROECOLOGIA PODE CONTRIBUIR PARA A TRANSFORMAÇÃO DESSAS RELAÇÕES DESIGUAIS?

Estando perto de muitas mulheres agricultoras, a gente vai vendo a forma como elas produzem e o cuidado que elas têm no manejo do solo, na construção da fertilidade do solo, a diversidade que elas produzem... Nesses espaços pequenos que têm ao redor da casa, elas plantam tudo misturado. É impressionante o conhecimento que as mulheres têm dessa combinação entre plantas, dessa diversidade, de como funciona uma ao lado da outra... O que eu quero dizer é que as mulheres guardaram e desenvolveram um conhecimento de como fazer agricultura o mais próximo da natureza possível. Se elas não tivessem feito isso, talvez a gente não tivesse tantas variedades hoje para continuar experimentando. Isso tem a ver também com uma coisa curiosa, que é positivar uma situação de discriminação. Porque na lógica patriarcal, tem essa ideia de uma família em que o homem é o provedor e a mulher é a cuidadora. O homem tem que garantir o dinheiro, tem que vender, tem que estar ligado no mercado. Ele é o agricultor. Inclusive a relação com o Estado, com a assistência técnica, é dirigida aos homens. As mulheres contam muito dessa situação de discriminação de o agrônomo bater na porta da casa, ela abrir e ele perguntar: 'tem alguém em casa?'. As mulheres têm o entendimento da economia que vai além do vender e receber o dinheiro. Tem uma agricultora lá da Paraíba, por exemplo, que fala que às vezes a gente vende galinha caipira para comprar frango congelado. As mulheres não só guardaram esse conhecimento, como foram observando com bastante desconfiança tudo que esse pacote tecnológico da Revolução Verde (leia mais na pág. 14) causava de adoecimento nas suas próprias famílias, no entorno, no ambiente. Quando a agroecologia chega como um conhecimento estruturado que tem muito a ver com o conhecimento que elas já têm, com como elas

entendem as coisas, faz bastante sentido e elas se colam mais [nessa perspectiva]. Só que precisava ver, no movimento agroecológico, como a gente trazia as mulheres para o centro. Porque a gente também foi vendo o movimento agroecológico reproduzir essa ideia de uma família patriarcal, de conversar e levar em consideração só o que era preocupação dos homens. Por isso foi importante as mulheres se auto-organizarem no movimento agroecológico, para ganharem protagonismo. E nisso entra o conjunto das questões que preocupam as mulheres, inclusive a violência. Acho que a Rede Xique Xique, do Rio Grande do Norte, foi uma das primeiras a colocar dentro da organização, do seu regimento interno, a proibição da violência contra as mulheres e a expulsão dos integrantes no caso de isso vir a acontecer. Acho que no segundo ENA [Encontro Nacional de Agroecologia], que foi lá em Recife, a gente já tinha uma palavra de ordem que era 'não maltratam as formigas e nem as mulheres', colocando a indissociabilidade das relações entre as pessoas e das pessoas com o território onde elas vivem, [defendendo] que a gente trabalha por relações respeitadas entre as pessoas, entre os não humanos e com o território, então, nenhuma violência é aceitável.

QUERIA QUE VOCÊ TRAÇASSE UM PANORAMA SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS (LEIA MAIS NA PÁG. 10) QUE EXISTEM HOJE PARA A POPULAÇÃO DO CAMPO, ANALISANDO O QUANTO ELAS RECONHECEM OU NÃO A REALIDADE DAS MULHERES AGRICULTORAS.

Eu vou começar com o PAA, o Programa de Aquisição de Alimentos, que se aproxima muito da forma como as mulheres produzem. É um programa que começou a ter políticas de ação afirmativa em relação às mulheres, mas no qual ainda não está colocada, por exemplo, como tem no PNAE [Programa Nacional de Alimentação Escolar], a possibilidade de compra dos grupos informais. Eu acho que o PAA tem um papel grande agora, por exemplo, em relação à questão do aumento do

preço dos alimentos e à dificuldade das pessoas trabalhadoras pobres da cidade de acessarem alimentação de qualidade. Mas a gente precisa que o PAA tenha um orçamento muito maior e não se pode naturalizar, como eu já escutei algumas pessoas falando, as iniciativas de prefeituras e cooperativas conseguindo emendas parlamentares para executar o PAA. Do meu ponto de vista, isso é um tapa-buraco. O jeito bom de funcionar é ter uma política nacional com orçamento público que não seja uma resposta fragmentada, que consiga ser uma proposta de conjunto, olhando para as diferentes realidades. O programa dos Quintais Produtivos foi uma reivindicação da Marcha das Margaridas que o governo começou a responder, já teve duas chamadas. Mas, desde os movimentos sociais, está-se construindo a demanda de uma política que vai além, que elas estão nomeando como Quintais das Margaridas para o Bem Viver. O que se propõe a mais é colocar recursos para processos coletivos porque o programa é bastante focado em recursos para estruturar os quintais, que são necessários, mas a gente acha que também é importante ter um acompanhamento técnico político e a possibilidade de intercâmbio e organização dos espaços coletivos.

ESTA EDIÇÃO DA REVISTA POLI VISA TAMBÉM DESENVOLVER E EXPLICAR O DIÁLOGO NECESSÁRIO ENTRE AGROECOLOGIA E SAÚDE. COMO VOCÊ VÊ ESSA RELAÇÃO?

A primeira coisa é que a gente tem um problema alimentar gigante. A gente está falando da insegurança alimentar mas também das doenças decorrentes da má alimentação, do sobrepeso, da obesidade... A agroecologia é um jeito de produzir alimento que combina saúde do solo à saúde das plantas, dos animais e das pessoas, que olha para a saúde de forma integral. Mas além disso, a gente tem que pensar na questão das condições de vida, na saúde mental. As mulheres falam muito sobre trabalhar na agricultura, seja no campo ou na cidade, como uma possibilidade de se concentrar, de pensar as coisas de outra maneira, de esfriar a cabeça, lidando com a questão de saúde mental de outro jeito. Tem também a questão dos agrotóxicos e das condições de trabalho. Muitas mães desestimulam as filhas jovens a irem para a agricultura pensando nas sequelas que ficaram no seu corpo pelo trabalho pesado. A gente precisa pensar se é possível ter máquinas ou outros instrumentos de trabalho que diminuam essa penosidade, esse estresse sobre o corpo, sem destruir o solo, sem utilizar petróleo... Da forma como as mulheres produzem, com tudo misturado, acho difícil que esse trabalho seja substituído por uma máquina, mas a gente ainda não colocou as estruturas para pensar em máquinas que funcionem com esses objetivos. Hoje elas são desenvolvidas para aumentar o ritmo da produção e do trabalho e não para diminuir a penosidade do trabalho. São opções que a gente precisa fazer para pensar uma agricultura que seja saudável para quem está produzindo e para quem está consumindo esse alimento. ●

OUTRO TRABALHO É POSSÍVEL

Agricultura familiar e organização por cooperativa fortalecem as práticas agroecológicas

ANGÉLICA ALMEIDA

Entre os mares de morros da paisagem, uma casa bem antiga, pastagem ao fundo e um punhado de rochas à mostra. No terreno de vegetação rasteira, muita braquiária e gado acima da capacidade. Menos de 15 anos depois, o mesmo local, mas outro horizonte: não dá mais para contar a quantidade de árvores, a diversidade de cultivos e de animais. A beleza se manifesta na riqueza dos pássaros, na abundância das águas e na nova morada, tingida com terra e na qual as plantas dão contornos às paredes.

No contraste entre as duas imagens, muito trabalho desempenhado por um casal camponês, Gilvania Domiciano e Anacleto Carlesso, que, construindo redes de solidariedade, conseguiu regenerar o sítio hoje denomi-

nado Guapuruvu, uma experiência agroecológica na zona rural de Divino, Minas Gerais.

Nada escapou à transformação. “Até as formigas diminuíram de tamanho”, brinca Gilvania, referindo-se à presença das lava-pés, que substituíram as cabeçadas grandes, consideradas bioindicadoras de degradação ambiental. “A gente mudou para cá querendo fazer uma revolução”, relembra Anacleto.

Ao decidir que queria ter o seu pedaço de terra para trabalhar, o casal tinha convicção pela agroecologia “para honrar toda a história que já viveu”, conta Anacleto. Um dos capítulos desta história se iniciou bem distante dali, no município da Lapa, Paraná, em 2005, quando a trajetória deles se entrelaçou. Ela, nascida e criada em Divino, filha de **meeiros** e militantes do movimento sindical. Ele, filho de sem-terras assentados em Fraiburgo, Santa Catarina. Ambos indicados por mo-

Antes e depois do trabalho coletivo: área de plantio em 2013 (à esquerda) e 2018 (à direita)



ACERVO PESSOAL

vimentos sociais para compor a primeira turma do curso de Tecnólogo em Agroecologia, desenvolvido em parceria pela Via Campesina e pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR).

Nesse enredo, que vai além da história de um casal, são evidenciadas relações de trabalho diferentes das que costumam pautar o dia a dia da vida nas cidades e mesmo no campo, enriquecidas que são pelo tecido diverso de atores que constroem o movimento agroecológico na Zona da Mata mineira – e em muitos outros cantos do Brasil.

O encontro com a agroecologia

Do histórico de intoxicação paterna à luta contra os agrotóxicos, o encontro com a agroecologia foi mobilizado no âmbito das Comunidades Eclesiais de Base da região. Quando Gilvania nasceu, a família se dedicava ao plantio de café – cultura central na economia da Zona da Mata mineira – e a uma agricultura sem venenos, que tempos depois ela reconheceu como “agroecologia”, nome com o qual só teve contato muitos anos mais tarde, participando da Pastoral da Juventude Rural (PJR).

Já Anacleto vivenciou até os 11 anos uma agricultura tradicional, sem agrotóxicos, com pouca ou nenhuma adubação química, mas com uso de fogo para preparar os plantios, sobretudo de grãos. Depois, viu a conversão para a agricultura convencional, quando o pai fez uma sociedade com um vizinho para o plantio de alho e se envolveu num projeto de fruticultura do serviço de extensão do estado, que chegou com um pacote tecnológico que, segundo ele conta, vinha “com os agrotóxicos, com os adubos químicos”.

Entre as lembranças do trabalho ao lado do pai nessa época, marcou a imagem do sereno de agrotóxico que caía nele e no irmão. “Era uma tobata que a gente tinha, então o pai ia aplicando o pulverizador e nós ficávamos próximos, puxando as mangueiras. Usava máscara, mas o restante das roupas era roupa comum”, recorda. Depois, o pai se desafiou a plantar usando caldas alternativas e a fazer cultivos agroecológicos, sob a orientação de um projeto de extensão.

Nesse mesmo período, Anacleto foi estudar em uma escola agrícola do MST, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que não mencionava ainda a agroecologia, mas tinha aulas relacionadas ao campo, com disciplinas de Zootecnia, Agricultura e Agricultura Alternativa. “O primeiro choque de realidade que tive foi sair do campo para estudar na escola do ensino médio na cidade. Passava 1h30 dentro de um ônibus para estudar à noite, depois de ter trabalhado o dia todo”, conta. Ao concluir o ensino médio, ele se tornou monitor de campo na escola 25 de Maio, que tinha o curso técnico agropecuário com ênfase em agroecologia e, depois, foi chamado para fazer o tecnólogo. No regime de alternância entre o tempo escola e o tempo comunidade (leia mais na pág. 14), entre teoria e prática, aconteceu o encontro com Gilvania e o enlace definitivo com a agroecologia.

Agricultor que trabalha em terras de outra pessoa e estabelece um regime de parceria no qual vende sua força de trabalho e a autonomia nas decisões fica a cargo do proprietário, que fornece terra, insumos e instrumentos. O Estatuto da Terra (Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964) estabelece que o proprietário tem direito a, no máximo, 50% dos frutos dessa parceria.



O sonho do próprio pé de chão

No fim de 2012, o casal já formado mudou para Minas Gerais e tentou ser meeiro, mas não encontrou lavouras disponíveis. Na sequência, Gilvania foi convidada a atuar como educadora na Escola Família Agrícola Paulo Freire, em Acaiaca, onde Anacleto passou a ser voluntário. Depois, veio a proposta para o casal retornar a Divino, numa oportunidade de comprar e dividir o terreno com um irmão da Gilvania e um amigo.

Relatos indicam o legado de duas ou três décadas de pastagem na área, além do plantio de tomate e bastante roça branca, sobretudo de milho, cerca de 40 a 50 anos atrás. “O pessoal falava que não dava nem café, porque a altitude não chega a 700 metros”, conta Gilvania, que completa: “A face do terreno faz com que o sol venha desde 5h, 5h30 da manhã, até umas sete horas da noite nos dias mais longos”.

Foram inúmeros os desafios enfrentados: 2013 a 2016 foram anos de forte seca. O acesso das três famílias a recursos do crédito fundiário não se concretizou, o que fez o casal recorrer a um empréstimo em uma cooperativa de crédito. Além do valor do terreno a ser quitado, havia a necessidade de investir na parte produtiva e estrutural, “desde a formação das lavouras, construção de estrutura: casa, terreiro, secador...”, enumera Anacleto. A solução foi alugar uma casa em uma comunidade vizinha por três anos e trabalhar fora do sítio para conseguir renda. Desde então, eles conciliam trabalhos externos com atividades dentro do sítio, em um processo gradual de construção de autonomia econômica vinda apenas da propriedade.

Enquanto a terra descansava, foi o tempo de o casal juntar recursos, construir a nova casa e intensificar os manejos agroflorestais, que buscam reproduzir o equilíbrio ecológico presente nas florestas naturais. Na mesma área de lavoura de café já existente, foi iniciado o plantio de adubação verde (que fornece nutrientes para o solo), de árvores e de bananeiras, a fim de ampliar a diversidade de espécies que atuam como quebra-vento umas para as outras, manter matéria orgânica, água, sombreamento e um clima agradável na lavoura, além de favorecer a presença de animais polinizadores e a produtividade dos cultivos.

A intensa experiência de participação social que eles já carregavam desde a infância continuava a se fazer presente. Em 2013, participando de um intercâmbio agroecológico sobre poda na lavoura de café, identificaram o desejo de algumas famílias em avançar no processo de **certificação orgânica**. Eles passam a fortalecer esta iniciativa e contribuem na

criação do Grupo de Produção de Café Orgânico de Divino, que começa a construir mutirões de podas em lavouras em 2014 – em 2022, esse grupo seria formalizado como a Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos e Orgânicos da Zona da Mata Mineira.

Depois de o grupo visitar e entrar em contato com uma cooperativa local – dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região, a Coopfam, onde conheceram experiências de produção e beneficiamento de café orgânico, em 2016 Gilvania, Anacleto e outras três famílias iniciaram o processo de filiação àquele coletivo. Em 2017, o casal finalmente se muda para as suas terras no sítio Guapuruvu e obtém, no ano seguinte, a certificação orgânica da produção. A primeira entrega de café das quatro famílias certificadas para a Coopfam aconteceu em 2018 em conjunto com agricultores de Araponga.

Desde então, todo o processo de certificação orgânica da produção passa pelo acompanhamento mensal em grupo e por inspeções anuais da Coopfam, por um registro minucioso de informações e pelo cumprimento de normas rígidas de produção, incluindo a origem dos insumos, as formas de colheita, beneficiamento, armazenamento e comercialização. Hoje oito famílias se auxiliam de forma mútua nesse processo – entre elas estão presentes vínculos de parentesco e de participação social em organizações sindicais, e de juventudes, além da filiação a outra cooperativa, voltada à comercialização de produtos. “A gente acaba sendo privilegiado pelas relações que estabeleceu. Tem um grupo de produção agroecológica. É diferente de quem mora em uma comunidade e só ele que produz sem veneno, então a pessoa fica isolada e, até para encontrar meios de comercialização, fica difícil. Se fosse sozinho, a gente realmente não dava conta”, avalia Gilvania.

Gilvania e Anacleto também colaboram ativamente na construção de um **sistema participativo de garantia**, que visa à certificação, com orgânicos, dos alimentos e produtos na Zona da Mata. Até 2024, Gilvania era presidenta da associação Floriô, que representa juridicamente o sistema diante do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e é responsável por avaliar se as famílias agricultoras estão cumprindo as normas da produção orgânica.

Sistemas que se baseiam no protagonismo das próprias famílias agricultoras em fazer o controle social da produção, de forma corresponsável com atores plurais, a exemplo de consumidores, órgãos de assistência técnica, cooperativas, universidades e outras instituições de ensino e pesquisa. Requer uma pessoa jurídica chamada Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC), que se responsabiliza por atestar o cumprimento das normas da produção orgânica e que é fiscalizada pelo MAPA.

Trabalho em mutirão e celebração

Quatro famílias que compõem o grupo do café orgânico e outras três que moram próximas estabelecem processos cooperativos de trabalho por meio de mutirões. A atividade se dá em um sistema de rodízio toda segunda-feira, de modo que cada dia de trabalho acontece na casa de um dos membros,

Acontece com auditoria de empresas contratadas que realizam visitas às propriedades e que, por sua vez, são auditadas e fiscalizadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) e pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa). A Coopfam possui certificação orgânica internacional feita pelo Instituto Biodinâmico (IBD) e *fair trade* (mercado justo e solidário).

Mutirões são momentos de dividir trabalho, conhecimento e experiência

ACERVO PESSOAL

até percorrer todo o grupo e reiniciar a dinâmica. Nos períodos em que há necessidade de aumentar o número de mutirões, as sextas-feiras também são dedicadas ao trabalho coletivo.

No mutirão, a partilha não é só do trabalho e dos alimentos, mas dos saberes e das práticas acumulados na experiência vivida e refletida, que vai além da prestação de um serviço especializado. “Se for com a roçadeira, o pessoal aqui do mutirão sabe qual planta deixar, qual planta tirar. É um desbrote, uma poda... Então, não é um serviço que daria para pagar outras pessoas para fazerem”, exemplifica Gilvania.

Em geral, o planejamento inicia aos domingos, com instruções dadas por quem recebe o mutirão sobre qual serviço será realizado, os instrumentos a serem levados e o local de encontro. A atividade começa às 7h30 com o café, o grupo trabalha até 11h, faz uma hora de almoço e, por volta das 13h30 toma um suco oferecido pela família anfitriã. As atividades se estendem até 16h e o dia termina com a “resenha”, momento em que há partilha de alimento e confraternização. Uma vez por mês, alguém oferece um churrasco para integração do grupo.

O casal destaca que os mutirões estão quebrando uma lógica individualista na região e que a vivência instiga a ultrapassar a execução das tarefas e refletir sobre o trabalho. “Quando eu conto pro pessoal que a gente tem um grupo de sete famílias que trabalham coletivo, o pessoal fala: ‘ah, isso era coisa do meu avô’. No máximo, o pai dele fazia essa vivência de mutirões. Isso não existe mais aqui na região. A gente está também resgatando, trazendo uma questão cultural de novo”, avalia Anacleto.

As sete famílias realizam também o mutirão da cana-de-açúcar em três áreas cedidas para uso coletivo que equivalem a quase um hectare no sítio Guapuruvu. Todo o processo é feito em grupo: o plantio, a capina, a colheita, o beneficiamento (cachaça e rapadura) e a divisão do dinheiro após a comercialização. Ao longo de cinco mutirões de trabalho em 2023, as famílias estimam que colheram 100 m³ de cana, transformados em

2,2 mil litros de cachaça (metade para o dono do alambique e metade para o grupo), além de cerca de 460 rapaduras, das quais 300 ficaram para divisão, em partes iguais, entre os membros do grupo. Parte do dinheiro arrecadado subsidiou um passeio à praia que as famílias fizeram juntas em Piúma (ES).

O encurtamento do tempo dispensado à realização das atividades, o aumento da produção em menor tempo e espaço de ação e a gestão democrática dos processos de decisão e dos frutos do trabalho orientam o trabalho coletivo. Neste momento, o grupo está amadurecendo a ideia de fazer uma agroindústria coletiva para que, tendo uma estrutura adequada de processamento, consiga certificar seus produtos como orgânicos e comercializar não só a cana, mas também os alimentos dela gerados.

O trabalho do grupo de Divino guarda características comuns da agricultura camponesa: os saberes e experiências de produção das famílias são referenciais para a reprodução do trabalho, práticas tradicionais e intercâmbios estão presentes no cotidiano das famílias, o uso da terra se dá de forma coletiva, os cultivos e criações são diversificados, há produção de artesanatos e beneficiamento primário de produtos, com fontes diversas de rendimentos monetários e solidariedade comunitária.

Trabalho criativo, reflexivo e plural

De todas as transformações na sua própria experiência no mundo do trabalho que acompanharam desde criança, a principal para Gilvania e Anacleto foi o acesso ao conhecimento. “Na roça tem muito trabalho. Trabalho é o que não falta, mas a questão maior é a renda, que nem sempre tem. A gente aposta muito na agroecologia para ter melhores condições e qualidade de vida”, destaca Gilvania.

Hoje, a principal fonte de renda do sítio vem da cafeicultura, da banana desidratada, da cana e do palmito pupunha. Recentemente, eles começaram a criar poucas cabeças de gado, sobretudo pela necessidade de esterco, o que também supre o consumo familiar de carne, além de cultivos diversos para a alimentação.

Fora do sítio, ainda fazem ‘bicos’: construção de projetos para uma cooperativa de crédito para acessar o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), no caso do Anacleto; escrita e condução de projetos de cultura e suporte à parte burocrática de associações, no caso da Gilvania. São atividades que não comprometem seu enquadramento enquanto **agricultores familiares**. Mesmo assim, eles se dizem atentos para que elas não “sufoquem” as tarefas no sítio e alimentam a expectativa de, no máximo daqui a dois anos, não precisarem mais trabalhar ‘fora’ para complementar a renda.

Da paisagem degradada, às preocupações mais minuciosas de como continuar conduzindo o sítio com coerência e sustentabilidade, incluindo a financeira, eles miram o passado, o presente e o futuro, apreciando a diferença que estão e podem continuar fazendo: “A natureza tem seu tempo. A maior alegria é realmente pegar uma foto de 2013 e pegar a foto de 2025, e olhar o tanto que a gente conseguiu ajudar que a natureza fizesse o trabalho dela”, resume Gilvania. ●

É considerado agricultor familiar pela Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, quem pratica atividades no meio rural e atende, simultaneamente, aos requisitos: I - não detenha área maior do que quatro módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento; III - tenha renda familiar predominantemente de atividades vinculadas ao próprio estabelecimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família”.

ACERVO PESSOAL

Famílias trabalham juntas nos mutirões da cana de açúcar





CALDART, Roseli Salete.

A Construção Histórica do Conceito de Metabolismo e a Agroecologia.

São Paulo: Expressão Popular, 2024.

Práticas ecológicas, ciência e crítica ao capitalismo

Estabelecendo uma interconexão entre as Ciências Naturais e Sociais, o livro de Roseli Caldart objetiva delinear a construção histórica do conceito de metabolismo como uma ferramenta teórica para a Agroecologia – compreendida, por sua vez, como uma forma determinada de trabalho humano social na agricultura, como matriz de produção da vida, como produtora de ciência e de lutas sociais a partir de diferentes sujeitos coletivos, como práxis, como interligação orgânica de práticas produtivas e formativas.

O estudo sobre o metabolismo se converte em peça fundamental nesta etapa descendente do sistema capitalista, pois permite deslindar as relações envolvidas nas crises ambientais e sociais em que se depreda a natureza, degeneram-se as relações humanas e privatizam-se os bens públicos, produzindo-se, a cada etapa, uma nova tragédia que alimenta a reprodução deste sistema.

Como uma arqueóloga, Caldart vai às raízes do conceito de metabolismo – do grego *metábole*, que significa mudança – para compreender sua construção pelas Ciências Naturais e sua conexão com as Ciências Sociais. O central deste trabalho é buscar a interlocução realizada por Marx com estudiosos das Ciências Naturais de sua época, a fim de incorporar o conceito de metabolismo à sua crítica ao capitalismo, sobretudo na agricultura. Desde *Grundrisse* (1857-1858), Marx evidencia a importância do con-

ceito ampliado de metabolismo ao analisar que, na produção, os aspectos naturais e sociais se interconectam. Embasada num trabalho de Kohei Saito sobre o ecossocialismo na obra de Marx, Caldart percorre o Livro III d'O *Capital*, pontuando como o autor alemão se pautou em distintos estudiosos que contribuíram para suas formulações sobre a questão agrária. Marx afirma que, se as transformações provocadas no metabolismo universal da natureza foram realizadas pelo trabalho humano desde sempre, somente a partir do modo de produção capitalista é que o desmatamento, o esgotamento do solo, a exploração da natureza e do trabalho humano conduzem a uma ruptura irreparável na relação entre o ser humano e a natureza. As relações sociais de produção capitalista inviabilizam a reconstrução ecológica e social da agricultura como alternativa abrangente. A contradição entre capitalismo e natureza passa a organizar a totalidade da vida social e privada a tal ponto de não conseguirmos pensar e admitir a possibilidade de realizar a superação histórica deste sistema.

Para superarmos tal ruptura e transformarmos radicalmente as formas de relações sociais de produção, se faz necessária a desalienação entre ser humano e natureza, reinstituindo-se a reapropriação social da terra pelo trabalho vivo que nela produzirá sem romper com o seu metabolismo natural, respeitando suas permanências e transformações. Esta possibilidade de reconstrução de uma nova ordem sociometabólica se dá pela instituição da Agroecologia que está imersa em todas as contradições e os dilemas atuais.

A partir dos três usos históricos do conceito de metabolismo – *Metabolismo universal da natureza*; *Metabolismo humano social*

e *Metabolismo próprio do capital* (ou *reprodução sociometabólica do capital*) –, a autora sintetiza a compreensão da práxis agroecológica em seus fundamentos e nos apresenta questões históricas ainda a serem resolvidas, tais como: a práxis agroecológica dará mais elementos para a sobrevivência do capitalismo, com um novo ciclo “metabólico”, ou o subverterá a partir de sua matriz produtiva? O quanto as práticas produtivas camponesas conseguirão ter autonomia política e econômica, mesmo que relativa, em relação ao capital? Como a organização coletiva de agricultores (as), enquanto sujeitos que avançam na formação política e científica, conseguirá se expandir para um número maior de trabalhadores (as), tanto do campo quanto da cidade?

Nessa direção, Caldart ressalta que o desafio histórico é grandioso, pois nos aponta a urgência de a educação socializar a compreensão da “ruptura do metabolismo socioecológico” em suas diferentes camadas e determinações, assim como cultivar valores socialistas na humanidade. Tal desafio só pode ser respondido pela classe trabalhadora organizada politicamente, construindo e se apropriando dos conhecimentos produzidos nas práticas agroecológicas, nas lutas sociais e na produção da ciência, assumindo o controle coletivo da construção de uma nova matriz de produção da vida social. Assim, será possível concretizar o pensamento de Antônio Gramsci que, nos seus *Cadernos do Cárcere*, destaca que é mais relevante que uma multidão de pessoas “seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente (...) do que a descoberta, por parte de um ‘gênio filosófico’, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais”. ●

A SOLUÇÃO QUE NÃO APARECE NO MÊNU DOS GOVERNOS

AO CONTRARIAR INTERESSES DO MERCADO E PROPOR NOVAS FORMAS DE SOCIABILIDADE, AGROECOLOGIA É ESCANTEADA NO DEBATE ENTRE GOVERNOS, INCLUSIVE NAS COPS

PAULO SCHUELER

Em novembro deste ano, Belém sedia, no interior da Amazônia brasileira, a 30ª Conferência das Partes da Convenção Quadro da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC), mais conhecida pela sigla COP30. O bioma amazônico é parte da expansão recente de uma nova fronteira agrícola, impulsionada pela produção de *commodities*, gerando um arco de desmatamento que se estende por 32 municípios dos estados de Amazonas, Acre e Rondônia, identificados pela sigla 'Amacro'. Também recente é o dado de que apenas o Pará, estado que sediará a COP30, foi responsável por 42% dos incêndios florestais na Amazônia – 2,8 milhões de hectares queimados – entre janeiro e outubro de 2024, segundo o 'Monitor do Fogo' do Mapbiomas.

A abertura das novas fronteiras agrícolas e as queimadas – muitas vezes utilizadas como estratégia de 'limpeza do terreno' para posterior ocupação de atividades agroindustriais – são partes integrantes dos dados do Sistema de Estimativa de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG) que revelam, no caso do Brasil, que a soma das emissões do setor agrícola, do desmatamento e das mudanças no uso da terra correspondem a 73% das emissões totais do país.

Diante desse cenário, pesquisadores e movimentos sociais se pronunciam abordando a importância de um novo modelo de produção de alimentos como resposta à crise climática – e é nesse contexto que ganha centralidade o debate da agroecologia. Como afirma Letícia Tura, diretora executiva da FASE e integrante da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a agroecologia "não é apenas uma tecnologia, mas um projeto de sociedade que aborda as relações entre as pessoas, os direitos territoriais, o combate ao racismo e ao machismo, as relações com a natureza, o descarte de resíduos. Uma proposta ampla, para a produção de alimentos, a cultura, a promoção da saúde, para estruturas de armazenamento, transporte de ali-

mentos e a construção de outros circuitos de comercialização, que sejam sustentáveis".

A avaliação é corroborada pela pesquisadora da Agenda Saúde e Agroecologia da Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS), da Fiocruz, Helena Lopes, para quem a agroecologia é um modelo de produção de alimentos que promove a sustentabilidade, a justiça climática e a saúde das populações. "Ela oferece respostas concretas para os desafios impostos pelas mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que enfrenta as desigualdades sociais e ambientais", avalia.

A produção e sistematização de dados que comprovem esta avaliação tem mobilizado organizações da sociedade civil, movimentos sociais e a academia. "Na ANA, constituímos um grupo de trabalho sobre justiça climática e agroecologia que está iniciando o mapeamento de iniciativas agroecológicas no Brasil, relacionando-as à contribuição para mitigação e adaptação às mudanças climáticas. A agroecologia propõe não só outras tecnologias para lidar com a terra, com a floresta, com as águas, mas também com o próprio território e as comunidades e a cidade e a relação com a natureza.", conta Letícia Tura.

AGRONEGÓCIO, PRODUTOR DE DESASTRES

A responsabilidade do agronegócio nas emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) do Brasil cresce na medida da expansão de sua atividade. E quando se fala de emissões, a referência não é apenas ao gás carbônico (CO₂), em geral apontado como o grande vilão do aquecimento global. De fato, a produção de fertilizantes nitrogenados sintéticos, como os que são cada vez mais utilizados na agricultura, por exemplo, é intensiva em energia e gera a queima de grandes quantidades de combustíveis fósseis, com alta emissão de dióxido de carbono. Isso, entretanto, não é o pior: ao serem

aplicados no solo, tais fertilizantes podem liberar óxido nitroso (N_2O), gás de efeito estufa com potência 298 superior a do CO_2 . A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês) divulgou no ano passado, com dados referentes a 2021, que o Brasil é o país que mais usa agrotóxicos no mundo – com 10,9 kg de agrotóxicos para cada hectare de lavoura (10 mil m²), seguido pelos EUA (2,85 kg/ha) e China (1,9 kg/ha).

O Brasil também tem o maior rebanho bovino do mundo, estimado em cerca de 240 milhões de cabeças. E, segundo o FAQ '10 coisas que você deve saber sobre agricultura industrial', do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a criação de animais em confinamento, que é própria da pecuária intensiva, contribui para as emissões de GEE ao liberar na atmosfera óxido nitroso e metano – neste caso, através do esterco.

A pouca rotação de culturas é outra característica do agronegócio com impactos climáticos. Baseado em geral na monocultura, esse modo de produção agrícola exige o cultivo repetido dos mesmos alimentos ou produtos no mesmo solo, tornando a agricultura altamente dependente de pesticidas e fertilizantes químicos. Em suas diretrizes sobre 'Como praticar o Manejo Integrado de Pragas', a FAO, por exemplo, descreve que "cultivar o mesmo tipo de cultura no mesmo lugar, temporada após temporada, e fertilizá-las com produtos químicos e usar pesticidas artificiais esgota os nutrientes de que a planta precisa". Ainda segundo o texto, nessas situações, "as culturas ficam fracas, atrofiadas e são atacadas por pragas e doenças". Desta forma, analisa o órgão, "plantar as mesmas culturas, ano após ano, perturbou a composição natural do solo, afetando seu conteúdo de nutrientes, sua estrutura e sua capacidade de reter água". E o texto deixa clara a relação desse processo com os desastres naturais: "Um solo mais fraco pode se tornar seco, impermeável, infértil, mais suscetível à erosão, inundações, deslizamentos de terra causados por eventos climáticos extremos e incapaz de sustentar a produção futura de culturas e garantir a segurança alimentar de pessoas e animais". "Em se tratando de Brasil e países com o nosso perfil, a agricultura é o principal emissor dos gases de efeito estufa", analisa Tura, lembrando que é preciso considerar ainda os efeitos relacionados a armazenamento, transporte e beneficiamento. "Então, a agricultura em si tem um papel muito importante no Brasil em termos das emissões dos gases de efeito estufa", completa.

Helena Lopes complementa a análise afirmando que "o modelo de agricultura vigente é promotor da injustiça climática, pelas mudanças climáticas, pelo racismo ambiental principalmente quando a gente pensa em acesso à terra e território, ou acesso aos bens comuns, e na destruição dos conhecimentos tradicionais, das populações que vão sendo expulsas, vão perdendo a agricultura ou a relação com o território enquanto um mote do seu modo de vida". E explica: "É nesse sentido que esse tema vai chegando perto da agroecologia".

A RESPOSTA PELA AGROECOLOGIA

As falas das pesquisadoras ilustram o que o texto para discussão 'Ampliando abordagens agroecológicas: o quê, por que e como?', da Oxfam, estrutura em suas 93 páginas: "as evidências mostram que pequenas propriedades familiares que utilizam técnicas agroecológicas são vastamente superiores [em benefícios para as sociedades] às fazendas industriais, por serem altamente eficientes, sustentáveis e resilientes às mudanças climáticas".

Por sua vez, o relatório 'Agroecologia e Mudanças Climáticas: Revisão Rápida de Evidências', organizado pelo Programa de Pesquisa em Mudanças Climáticas, Agricultura e Segurança Alimentar e pelo Grupo Consultivo sobre Pesquisa Agrícola Internacional (respectivamente CCAFS e CGIAR, na sigla em inglês), explica e lista os principais benefícios climáticos da agroecologia: sequestro de carbono, através de agroflorestas, agricultura orgânica e manejo ecológico de nutrientes, com redução na emissão de GEEs; diversificação de cultivos; melhoria da saúde do solo; regulação de pragas; serviços ecossistêmicos, como a regulação do ciclo da água; integração entre ciência e conhecimento tradicional; educação rural; escalonamento de boas práticas; e redução da dependência de insumos externos, como fertilizantes e pesticidas químicos.

Lopes enfatiza, como uma das respostas concretas proporcionadas pela agroecologia ao desafio da crise climática, a vinculação entre alimentos, territórios e populações, em que não é necessário o transporte de gêneros alimentícios por grandes distâncias, com o uso de combustíveis fósseis. "É o que chamamos de 'circuitos curtos de comercialização'. Na agroecologia, também se usa muito a ideia de 'mercados territoriais', porque os produtos estão associados às dinâmicas territoriais. Por exemplo, os produtos de determinado território precisam ser valorizados na culinária local no PNAE [Programa Nacional de Alimentação Escolar], que distribui alimentos na escola. Que o mercado seja territorializado nesse sentido, porque quando a gente pensa, às vezes, em circuito curto, a gente está falando de redução de distância, mas isso não necessariamente está associado a compreender como o sistema agroalimentar funciona. Se a produção está associada a um território específico, existe uma sazonalidade dos alimentos, hábitos alimentares e culturais associados a esse produto", defende. ●

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)



Agroecologia colabora para a garantia de direitos diante da crise climática

AGROECOLOGIA EM PRÁTICA NOS TERRITÓRIOS

Lideranças valorizam conhecimentos tradicionais diante de eventos climáticos extremos

PAULO SCHUELER

Neiriel Terena, do povo Terena, é integrante da Organização Coletiva Ambientalista de Ação para a Natureza, Agroecologia e Sustentabilidade (Caianás), que trabalha com tecnologias sociais e ambientais, como sistemas agroflorestais, para promover a agroecologia e a justiça climática. Sua atuação, no território indígena Cachoeirinha, localizado no Mato Grosso do Sul em área de transição entre os biomas Cerrado e Pantanal, traz desafios adicionais para a comunidade, como a pressão do agronegócio, a invasão de terras e a contaminação por agrotóxicos, que afetam diretamente a água e o solo.

Neiriel enfatiza a importância da união entre os conhecimentos tradicionais indígenas e a ciência acadêmica para fortalecer as ações agroecológicas que, no território em que vive, são vistas como uma continuação de práticas ancestrais, como o plantio de sementes crioulas e o manejo sustentável do solo. “As respostas para a crise climática nós temos fornecido principalmente na implementação de tecnologias tanto sociais quanto ambientais, tecnologias de agricultura que vêm da união de saberes”, analisa.

Segundo Neiriel, os impactos da crise climática já chegaram àquele território indígena, e se fazem sentir em transformações que à primeira vista não trariam impactos, como a redução do orvalho. “O mato aqui está sem orvalho. Uma anciã falou que antigamente não era assim, até às oito horas da manhã a gente encontrava esse orvalho, esse sereno, e saía praticamente com as calças molhadas dentro da mata, mas hoje já não é mais assim. Está esquentando muito e com isso os orvalhos secam muito mais rápido, que é impossível você encontrar orvalho dentro da mata. Então a gente precisa entrar na mata bem mais cedo, porque às sete horas da manhã o calor já não permite”, comentou. Em entrevista ao jornal *A União*, da Paraíba, em 15 de maio de 2022, o pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) Jean Pierre Henry Balbaud Ometto corrobora o conhecimento Terena afirmando que “no Centro-Oeste e Sudeste brasileiros, o aumento da temperatura faz desaparecer animais que bebem orvalho. Há uma tendência de que o processo de perda de água por evaporação seja maior que a entrada por precipitação”.

O jovem do povo Terena afirmou que a comunidade tem respondido a esses desafios com práticas como a irrigação sustentável e o reflorestamento, mas enfrenta dificuldades, como a escassez de água, decorrente da degradação de nascentes que estão situadas fora do Território Indígena, este mesmo alvo de disputas. “É uma terra que tem 36 mil hectares, porém apenas 2,6 mil hectares estão em posse do povo Terena”, atesta.

Neiriel destaca a importância da produção de alimentos para o consumo próprio das aldeias no território Cachoeirinha, priorizando a subsistência antes da comercialização. Ele menciona iniciativas como a introdução da agroecologia nas escolas, onde as crianças aprendem a plantar e a valorizar os alimentos saudáveis produzidos localmente. “A gente atende cerca de mil a 2 mil pessoas dentro desses dois territórios. A gente planta desde hortaliças, quiabos, repolhos, couve, tomate, cebolinha, abóbora, coisas que são bastante consumidas. E tem as roças de mandioca, de milho, e mais de 100 árvores de 32 espécies plantadas. Dessas cerca de 100 árvores, 10% representam manga, laranja, goiaba, até cacau a gente tem plantado aqui dentro do território”, comenta.

ENERGIA RENOVÁVEL PRECISA RESPEITAR COMUNIDADES

Coordenadora da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia na Borborema, região da Paraíba, Roselita Albuquerque luta em defesa dos territórios no semiárido brasileiro. Seu relato reflete a resistência de comunidades rurais frente aos impactos das mudanças climáticas e à expansão de grandes empreendimentos, como parques eólicos e usinas solares, que ameaçam os modos de vida tradicionais, a agricultura camponesa e a soberania alimentar daquelas populações.

Ao ser apresentada ao conceito de agroecologia através do trabalho da ONG AS-PTA (Agricultura Familiar e Agroecologia), ela percebeu que a ideia era a sistematização das práticas já usadas por seus pais e avós, como o cultivo diversificado e o uso de sementes crioulas. Essa identificação a levou a valorizar os saberes tradicionais e a se engajar na promoção da agroecologia como um modelo de produção sustentável e justo.

Atualmente, Roselita é uma das organizadoras das lutas da comunidade local diante da expansão de grandes empreendimentos de energia renovável do semiárido, que convertem a energia eólica, do vento, em energia elétrica. Segundo ela, outras localidades do semiárido atravessam a expansão das chamadas “fazendas solares”, áreas ocupadas pelos painéis solares. E, na avaliação da agricultora e militante, esses projetos, embora apresentados como soluções para a transição energética, têm impactado negativamente os territórios, desorganizando a vida das comunidades e degradando o meio ambiente e desestruturado o patrimônio agroecológico construído ao longo de décadas, inclusive as redes de agricultores que produzem alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos. Além disso, segundo ela, vêm sendo implantados sem o devido respeito a direitos fundamentais, como a consulta prévia, livre e informada aos povos interessados sobre obras e infraestrutura “susceptíveis de afetá-los diretamente”, como determina a Convenção

169 da OIT, da qual o Brasil é signatário. “As empresas não cumprem essa legislação, e violam direitos dos agricultores. É por isso que organizamos a Marcha pela Vida das Mulheres, aqui no território, que já vai para a 14ª edição. Ela tem se organizado para denunciar e ao mesmo tempo proteger o nosso território, porque a gente diz que tem um patrimônio construído que não pode ser jogado fora em função de uma transição energética que não é inclusiva, que viola direitos dos camponeses e camponesas. As violações aos direitos dos agricultores estão acontecendo em vários lugares desse semiárido brasileiro, porque é aqui onde se está a maioria do que se tem no Brasil, hoje, do que se chama de produção de energia renovável”, denuncia.

Lançado em janeiro de 2024 por um conjunto de movimentos sociais e institutos de pesquisa, o documento ‘Salvaguardas socioambientais para energia renovável’ atesta que “embora carreguem o rótulo de energia limpa, a forma como as grandes usinas eólicas e solares e suas linhas de transmissão vêm sendo instaladas no Nordeste brasileiro está longe de ser inofensiva” e lista uma série de recomendações para a implantação desses empreendimentos a partir da seguinte provocação: “como nosso país pode gerar e transmitir energia renovável sem violar direitos humanos, causar injustiça e racismo ambiental nos territórios, colocar em risco a produção de alimentos e a segurança alimentar, provocar desmatamento e perda de fauna e biodiversidade, e sem estabelecer relações contratuais abusivas e concentração de renda e levar à expulsão das comunidades rurais da terra?”.

Em 18 de fevereiro deste ano, o governo do estado chegou a ordenar a paralisação dos parques eólicos dos municípios de Caetés e Venturosa, após indígenas Kapinawá ocuparem por dois dias a Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (Adepe). Uma semana depois, o Intercept Brasil publicou a matéria ‘Grilagem verde’, sobre empresas ligadas à Enel, Empresa Nacional de Eletricidade, que estão sendo acusadas por moradores do município de Umburanas, na Bahia, de grilar suas terras para gerar energia eólica.

RIO GRANDE DO SUL: A AGROECOLOGIA DIANTE DA CATÁSTROFE CLIMÁTICA

Miqueli Schiavoni, engenheiro agrícola e militante do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), descreve em detalhes os impactos da catástrofe climática que atingiu o Rio Grande do Sul, especialmente as enchentes que devastaram comunidades rurais em 2023 e 2024. Em sua narrativa, destaca-se a avaliação de como a agroecologia se mostrou uma ferramenta crucial para a resiliência e a recuperação dessas comunidades, ao mesmo tempo em que expôs as vulnerabilidades do modelo agrícola convencional.

Schiavoni relata que em algumas áreas o solo fértil foi completamente arrastado pela força das águas, enquanto em outras houve sedimentação excessiva, deixando a terra improdutiva. Além disso, a água carregou consigo resíduos de agrotóxicos e outros poluentes, contaminando rios e córregos e ameaçando a saúde das comunidades. De fato, uma nota técnica do Observatório de Clima e Saúde, da Fiocruz, intitulada ‘Problemas de saúde relacionados ao desastre climático no Rio Grande do Sul - Situação atual e cenários pós-enchente’, lançada em 10 de maio de 2024, alertou para a necessidade de reforço nas ações de vigilância em saúde, dado que a presença de “alguns agentes químicos presentes em saneantes (como o cloro e detergentes), produtos industriais, agrotóxicos e inseticidas (...) pode aumentar ao longo dos próximos meses, tanto de forma direta, com o contato com os produtos e embalagens contaminadas que se espalharam com as enchentes, bem como de forma indireta, pelo contato acidental

com águas, solo e alimentos que podem ter sido contaminados pelo vazamento dessas substâncias, principalmente oriundos de locais de armazenagem e indústrias da região.”

Diante da devastação, Schiavoni conta que o MPA e mais de 20 outras organizações colaboraram para que a retomada da rotina entre pequenos produtores se desse em bases agroecológicas. Foram cerca de 5 mil famílias visitadas nos municípios. O movimento optou por garantir a autonomia ou a retomada da produção de comida dessas famílias, entregando sementes de milho e feijão, todas crioulas ou varietais. “Além delas, distribuímos sementes de hortaliças, para a recomposição das hortas, e um kit de mudas frutíferas e outro de mudas nativas, pensando o processo de reposição florestal das áreas. Ramos de mandioca, que também é base da alimentação, e mudas de espécies para alimentação animal, como capim, por exemplo. Uma coisa que nos chamou muita atenção é que havia demanda por mudas de flores, pensando no processo de embelezamento dos entornos das propriedades”, lembra.

Durante essas visitas, Schiavoni pode observar exemplos de agricultores que utilizavam sementes crioulas e práticas como o plantio direto e a rotação de culturas, que ajudaram a manter a estrutura do solo e a reduzir a erosão. Além disso, as hortas agroecológicas e os sistemas agroflorestais, que combinam árvores frutíferas com cultivos agrícolas, mostraram-se mais resistentes aos extremos climáticos. Já nas “áreas que têm uma uniformidade na agricultura, por exemplo, com produção muito grande de soja, de monocultura”, segundo ele, “houve uma remoção muito grande de solo para dentro desses rios, que estão assoreados”, com acúmulo de sedimentos. “E os solos estão praticamente inviabilizados de produção”, lamenta. ●

NEIRIEL TERENA



Coleta de sementes no território Terena

AGROECOLOGIA NA COP30

Tema vem sendo subrepresentado na pauta das conferências

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) recomendou, e a Secretaria Extraordinária para a COP30 aceitou, que no cardápio aos participantes do evento seja oferecida “alimentação oriunda da agricultura familiar, dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, da produção agroecológica”.

Na edição de Baku, em novembro de 2024, a diretora de Operações da Secretaria Extraordinária para a COP30, Nilza de Oliveira, afirmou em entrevista coletiva para a imprensa internacional que “o que já acontece na alimentação escolar de municípios da região demonstra que temos capacidade local de atender a demanda da COP30 de forma sustentável e com alimentos de alta qualidade”. E completou: “Nosso objetivo é transformar essa experiência em um modelo a ser replicado para outros grandes eventos”.

A comida sustentável com alimentos de qualidade, entretanto, parece ser tema de relevância restrita apenas ao cardápio dos participantes da COP30. No menu de debates à mesa da diplomacia global, agroecologia é um ingrediente em falta.

A Comissão Organizadora da I Conferência Nacional, Popular, Autônoma: por Direitos, Democracia e Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional já denunciava em 2021, a respeito da Cúpula Mundial de Sistemas Alimentares da ONU que ocorreria naquele ano, que o evento estava sendo “radicalmente cooptado pelas corporações”, mesmo que no âmbito da Cúpula os sistemas alimentares sejam compreendidos como “uma constelação de atividades envolvidas na produção, processamento, transporte e consumo de alimentos que afetam todos os aspectos da existência humana”.

No evento, no entanto, estão previstas propostas como o chamado mercado de carbono e novas alternativas energéticas, como as usinas eólicas, solares e a geração de uma frota de automóveis elétricos movidos a baterias, que têm sido criticadas por pesquisadores e movimentos sociais do campo por levarem conflito e impactos de saúde a territórios ocupados por populações tradicionais, como indígenas, quilombolas, ribeirinhos e pequenos agricultores, e exemplificado na denúncia de Roselita Albuquerque (ver pág. 16) acerca do que ocorre na região da Borborema, na Paraíba.

Leticia Tura, diretora executiva da FASE e integrante da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), observa que apesar de a agroecologia ser reconhecida como uma solução eficaz para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, sua presença nas COPs tem sido limitada e, muitas vezes, marginalizada. Ela aponta que, historicamente, as COPs têm priorizado discussões sobre tecnologias de baixo carbono e mecanismos de mercado em detrimento da abordagem agroecológica. “Ela não é apenas uma tecnologia, ela propõe um projeto de sociedade. Ela fala das relações entre as pessoas, dos direitos territoriais, do combate ao racismo e ao machismo. Então, a agroecologia traz uma perspectiva bastante holística”, cita.

Tura historiciza como as COPs têm abordado os sistemas alimentares. “Foi na COP da Polônia (2018), em Katowice, que se constituiu um primeiro grupo de trabalho sobre agricultura, relacionando clima, agricultura e segurança alimentar. E isso passa por dentro das discussões de uso da terra. Depois disso, em 2022, no Egito, o debate de agricultura girou em torno basicamente das grandes cadeias internacionais de produção de *commodities*, que têm um impacto enorme sobre o clima. Do ponto de vista do transporte, elas emitem muito combustível fóssil. A agroecologia aparece nos grupos de discussão, mas de forma lateral, fala-se mais de ‘agricultura climaticamente inteligente’, ou ‘agricultura de baixo carbono’, discussões que partem dos grandes monopólios do agronegócio”, ressalta.

De acordo com ela, “a agroecologia em si é muito pouco debatida e, às vezes, quando entra é de forma capturada, corporativa”. Tura detalha: “Tem sido uma luta para que a agroecologia possa efetivamente entrar nesse debate garantindo uma perspectiva contra-hegemônica, holística, que signifique a entrada de toda uma categoria de sujeitos com a qual a agroecologia está lidando, que são agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, população de quilombolas, toda essa diversidade que é presente nos territórios. Isso é muito pouco refletido na COP, e na COP30 ela ainda não entrou como um eixo específico, entra novamente de forma indireta porque o tema da floresta vai ser muito forte e é muito difícil você falar de combate ao desmatamento, da preservação da floresta se não falar sobre as cadeias internacionais de agroindústrias, de produção de *commodities*, agrícolas e pecuárias”.

Perguntadas sobre como a agroecologia poderia contribuir para o debate da COP30, as lideranças comunitárias ouvidas pela Poli avaliam criticamente o evento e defendem a participação da sociedade civil na busca por soluções globais diante do desafio da crise climática. O jovem Nei-riel Terena lamentou a falta de reconhecimento sobre os conhecimentos tradicionais indígenas em fóruns internacionais como as COPs, defendendo que as soluções para a crise climática devem vir de quem vive e cuida dos territórios. “A gente percebe que quem vai para esses espaços são os nossos governantes, prefeitos, governadores, presidentes, ministros. Deveria ter a presença de quem executa as iniciativas, incentivar bastante a presença de agricultores, dos indígenas que estão fornecendo respostas dentro dos territórios, que estão ali protegendo, plantando, recuperando”, defende.

Por sua vez, Roselita Albuquerque acredita que o evento “vai ser um grande debate sobre o mercado de carbono, sobre ‘mercado sustentável’”. Para ela, isto não considera o fato de que as famílias já vêm conservando a natureza e buscando o equilíbrio com o meio ambiente há anos. “Nós temos muitos movimentos que estão construindo experiências de convivência com o semiárido, fundos rotativos solidários. Estamos falando dos agricultores que estão armazenando forragem no período do inverno para ter alimentação, para não ter que ir para a Caatinga e tirar alimentos dos animais. São experiências que deveriam ser ouvidas pelas autoridades”, ressaltou.

Para Miqueli Schiavoni, “houve uma mercantilização do clima, onde tudo se traduz em crédito de carbono”. De acordo com ele, empresas e organismos internacionais estão menos preocupados com a preservação do que com quanto gás do efeito estufa é permitido emitir, bem como se estabelecer como compensar em outros locais. “Os territórios, os povos, não aparecem nessa discussão. Mas eu tenho plena consciência e cada vez estou mais convencido de que a agroecologia é a nossa saída, é a nossa estratégia, é a nossa contribuição”, conclui.

Procurada pela reportagem, a Assessoria de Comunicação da COP30 não respondeu aos questionamentos da Poli sobre a ausência do tema agroecologia dos debates acerca das soluções para a crise climática. ●

Construir cisternas para captação da água da chuva no semiárido, garantir estoque de sementes produzidas pelos próprios agricultores em espaços seguros, conseguir recursos para a produção de alimentos de forma agroecológica. Esses são exemplos reais de experiências desenvolvidas em territórios e ideias debatidas por entidades da sociedade civil que foram incorporados à Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) e ao Plano de execução dessa política, o Planapo. Foi para garantir que esse êxito da participação social se mantivesse e se expandisse que foi criada a Cnapo, uma comissão com representantes do governo e da sociedade civil, que leva o mesmo nome da política. “A Cnapo colabora não só com a construção do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, mas também com o processo de monitoramento das suas proposições, a partir do diálogo com a sociedade civil, inclusive para pensar outras ações que envolvam o campo da agroecologia”, explica a secretária-executiva da comissão, Patrícia Tavares.

Criada em 2012, a Comissão teve suas atividades interrompidas em 2019 pelo decreto nº 9.759, de 11 de abril, do então presidente Jair Bolsonaro, responsável por suspender as atividades de uma série de conselhos de participação social. As atividades foram retomadas com a publicação do decreto nº 11.397, em 21 de janeiro de 2023, no primeiro mês do terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva.

Como tudo começou

Um marco na incorporação da agroecologia na agenda prioritária do governo federal no Brasil se deu em 2011, com a entrega de uma carta com demandas sobre o tema à então presidente Dilma Rousseff, durante a **Marcha das Margaridas**. Após esse episódio, em 2012 o governo criou um grupo de trabalho para a elaboração da Pnapo e em agosto a política foi publicada, tendo como primeira diretriz a “promoção da soberania e segurança ali-

mentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável, por meio da oferta de produtos orgânicos e de base agroecológica isentos de contaminantes que ponham em risco a saúde”. E o texto já sinalizava que deveria ser construído um plano (o Planapo) para efetivar esse objetivo.

A política prevê duas instâncias de gestão: a Cnapo e a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgâ-

nica (Ciapo). Apesar de nomes muito parecidos, a Comissão e a Câmara têm características distintas. Enquanto a Cnapo é uma instância de participação da sociedade civil, a Ciapo é um espaço exclusivo do Poder Executivo, composta por representantes de ministérios e órgãos federais, como Fiocruz e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Em outras palavras, enquanto a Ciapo é a responsável por implantar as políticas, cabe à Cnapo elaborar propostas para essas políticas e programas, bem como revisar e monitorar os já existentes. O órgão tem também sob seu escopo de atuação a promoção de diálogos sobre os temas relacionados à agroecologia em âmbito municipal e estadual, indo além das entidades que a integram.

Atuação

O primeiro trabalho da comissão após a sua recomposição, em 2023, foi elaborar uma proposta para a terceira edição do Planapo, em que se previam incentivos para a transição agroecológica, ampliação dos programas de assistência técnica e aumento das compras públicas, propostas incluídas no plano lançado pelo governo. “Acompanhar e garantir a implementação desse plano é uma prioridade para a Cnapo”, diz Tavares. Além disso, esse colegiado também tem debatido propostas para o Pronara, o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos, que, embora esteja previsto na Política, ainda não foi implementado. Também é papel da comissão monitorar os programas relacionados à Pnapo, como aqueles que concedem recursos financeiros aos produtores rurais, em especial o Pronaf, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (leia mais na pág. 10).

Para ampliar esse monitoramento, a secretária-executiva da Comissão afirma que neste momento está em fase de elaboração um projeto para investigar o efeito das ações ligadas à Pnapo e os planos e programas derivados dela nos territórios. Paulo Petersen, que representa a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) na Comissão, explica que a proposta é analisar a efetividade das políticas em visitas a áreas de produção agroecológicas beneficiadas por elas, mas ainda não estão definidos quais e quantos locais serão incluídos. “Queremos investigar o efeito combinado das políticas. Um exemplo típico: o PAA [Programa de Aquisição de Alimentos] é uma política extremamente positiva, mas se está desvinculada de assistência técnica, de acesso a crédito, o programa fica vulnerável. É um pouco essa a expectativa”, ilustra Petersen.

A marcha acontece a cada quatro anos, organizada por trabalhadoras rurais de todo o país que se reúnem nas ruas de Brasília na luta por mais direitos trabalhistas no campo, acesso à terra, crédito e em defesa da agroecologia. É realizada em agosto em homenagem à Margarida Alves, assassinada em 12 de agosto de 1983 e considerada um símbolo de luta por direitos trabalhistas no campo.

Outro exemplo de atividade de monitoramento feito pela comissão está ligado especificamente ao principal programa de financiamento da agricultura familiar, o Pronaf, para que ele possa atender melhor às especificidades da produção agroecológica. Para isso, a comissão acordou com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) a apresentação de um balanço do Pronaf 2023-2024 em relação à quantidade de recursos, número de contemplados e detalhamento de seu funcionamento. “A partir dessa compreensão, a gente vai propor ações, negociações para que ele tenha mais aderência às demandas do campo da agroecologia”, diz Tavares. E ela acrescenta que esse diálogo não está sendo feito de forma isolada pela Comissão, mas em conjunto com outros conselhos de participação social relacionados com a soberania alimentar, comunidades e povos tradicionais que tenham como objetivo o desenvolvimento sustentável e a economia solidária. Fazem parte desse esforço outros quatro conselhos: o Consea, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o CNPCT, que é o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, o Cnes, Conselho Nacional de Economia Solidária e o Condraf, Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Estrutura

A Cnapo é um órgão consultivo vinculado à Secretaria Geral da Presidência da República. Conforme prevê seu regimento de 2023, é formada por 21 entidades da sociedade civil e 21 do governo federal. Por serem órgãos financiadores das políticas, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e

Social (BNDES) e a Fundação Banco do Brasil (FBB) também estão presentes como convidados e têm direito à fala, mas não podem votar. Enquanto os representantes governamentais são indicados pelos respectivos órgãos, os representantes da sociedade civil são escolhidos a partir de seleção pública, têm mandato de quatro anos e não podem ser reconduzidos.

Esses integrantes estão divididos em nove subcomissões: são exemplos a responsável pelo Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos, outra que acompanha processos de reforma agrária, e outra que acompanha e incentiva a construção de ‘bancos de sementes’, estoques que visam garantir o plantio de safras futuras e a preservação da diversidade entre uma mesma cultura. Os membros da comissão também podem se organizar em grupos de trabalho (GT) que, ao contrário das subcomissões, têm caráter temporário. O modelo de GT foi acionado, por exemplo, para a formulação da terceira edição do plano, publicada em outubro de 2024.

A organização e supervisão dos trabalhos da comissão ficam a cargo da Mesa Coordenadora, composta por seis membros da sociedade civil e seis representantes governamentais. A coordenação geral dos trabalhos é feita pela secretária-executiva da Cnapo, integrante da Secretaria-Geral da Presidência da República. Entre as responsabilidades da Mesa está a de sugerir a pauta e organizar as reuniões plenárias, que ocorrem de forma ordinária quatro vezes por ano, preferencialmente em Brasília. Cabe também a essa instância coordenadora solicitar estudos às subcomissões e grupos de trabalho para subsidiar as propostas que serão entregues ao governo e ao poder legislativo, além de submeter os documentos produzidos para a análise da Ciapo.

Como funciona a elaboração das propostas?

As reuniões ordinárias da Comissão servem para definir ações e prioridades de atuação relacionadas a propostas de políticas públicas e chamadas de financiamento para projetos. Uma vez tomada essa decisão, cabe à Mesa Coordenadora articular e demandar das subcomissões correspondentes a elaboração de propostas, bem como incentivar que as organizações integrantes da comissão promovam discussões e documentos para os temas em discussão. De posse desses documentos, cabe à Mesa fazer uma síntese e, a partir daí, o texto segue para a aprovação das instâncias com poder deliberativo. Nesse momento, os minis-

térios relacionados aos programas precisam produzir pareceres técnicos sobre a proposta. Em seguida, as decisões são publicadas pela Ciapo.

Mas todo esse esforço de participação nem sempre garante que as propostas da Comissão serão acatadas. Paulo Petersen recorda, por exemplo, que nem todas as ideias apresentadas por essa instância de participação para o Planapo foram incorporadas. “Assim como recebe propostas da sociedade civil, a Ciapo recebe de outros setores da sociedade”, explica Petersen, lamentando o que ele considera uma grande diferença entre a proposta da sociedade civil e o que acabou constando do plano. Segundo ele, a principal ausência foi a definição de uma maior liberação de recursos para a execução de projetos. Outra medida que ficou de fora foi o lançamento do Pronara, o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos, previsto desde a primeira edição do Planapo, em 2013. A proposta foi apresentada pela primeira vez em 2014 e desde então tem esbarado nos vetos do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa). A última previsão era de que o Pronara seria lançado em dezembro de 2024, após a promessa de que ele seria criado em outubro ser novamente descumprida. A prioridade que a sociedade civil organizada tem dado à criação desse programa não é por acaso: o Brasil é um dos maiores consumidores de agrotóxicos do mundo e a liberação desses produtos tem batido sucessivos recordes. Em 2024, de acordo com dados do Mapa, foram liberados 663 produtos, o maior número desde que o monitoramento foi iniciado, em 2000, e uma alta de 20% em relação a 2023. O recorde anterior é de 2022, com 652 liberações. ●

QUEM DISSE QUE NÃO TEM AGRICULTURA NAS CIDADES?!

LUIZ ERNESTO / UNSPLASH

■ A década de 1980 viu nascerem as primeiras experiências responsáveis pela multiplicação de hortas comunitárias e de produção de alimentos nas cidades, incluindo o modelo agroecológico. Entre as iniciativas que serviram de inspiração nacional, estão o Centro Nordestino de Medicina Popular, sediado em Pernambuco, algumas políticas da cidade de São Paulo como a 'Batalha da Alimentação', e o 'Programa Beija-Flor', em Florianópolis, primeira experiência de coleta seletiva de lixo e criação de hortas comunitárias em uma capital.

■ Já na década de 1990 foi criado, em Belo Horizonte (MG), o Centro de Vivência Agroecológica (Cevae), responsável por articular a política municipal de agricultura urbana ao movimento agroecológico. Hoje a capital mineira e sua zona metropolitana reúnem 1008 experiências de agricultura urbana, sendo 172 agroecológicas. Merece destaque o coletivo 'Agroecologia na Periferia', que realiza ações em ocupações e produz alimentos para 45 famílias.

■ A recente pandemia de Covid-19 acabou por fomentar novas experiências agroecológicas: um exemplo é a região da Grande Vitória, no Espírito Santo, que desde então passou a reunir 45 iniciativas desse tipo, a maioria relacionada a espaços de educação ambiental e hortas urbanas. Foi também durante a pandemia (2021) que a capital pernambucana lançou o Plano de Agroecologia Urbana do Recife. Desde então, a região metropolitana da cidade reúne 111 experiências agroecológicas, sendo a maioria (59) hortas comunitárias, localizadas principalmente nas áreas periféricas. Um exemplo é a Horta Popular Agroecológica Dandara, que conta com um poço e uma cisterna para captação de água da chuva para a garantia de produção de alimentos, diante da falta de abastecimento.

Dicionário de Agroecologia e Educação

"Ao reunir nessa edição 106 verbetes, elaborados por 169 autores de diversas instituições – universidades públicas, institutos federais de educação, movimentos sociais, institutos de pesquisa – e com representação de autores da Argentina, Guatemala e México, ao lado de pesquisadores e educadores brasileiros, o Dicionário de Agroecologia e Educação contribui para o conhecimento sobre a multiplicidade de experiências nacionais e locais que dão vida ao conceito de Agroecologia. (...) O próprio processo de sua construção foi orientado pela perspectiva de se construir conjuntamente uma Pedagogia da Agroecologia".

Nísia Trindade Lima, ex-ministra da saúde e ex-presidente da Fiocruz



Acesse gratuitamente pelo site
www.epsjv.fiocruz.br

ou compre pela livraria virtual
www.epsjv.fiocruz.br/livraria